

Sentido de competência parental de pais de crianças em idade escolar e a sua relação com o funcionamento familiar

VERSÃO FINAL APÓS DEFESA

Ana Sofia Rosa Gomes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Marta Pereira Alves

novembro de 2022

Declaração de Integridade

Eu, Ana Sofia Rosa Gomes, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M10647 de/o Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 28 /11 /2022

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente
assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, o maior agradecimento é dirigido à minha orientadora de dissertação, Professora Doutora Marta Pereira Alves. Muito obrigado por toda a disponibilidade, paciência, flexibilidade e dedicação ao longo deste percurso.

Gostaria ainda de agradecer a todos os pais e encarregados de educação que disponibilizaram o seu tempo para responder ao protocolo e que fizeram este trabalho ser possível. Um obrigado também a todas as escolas e CATL's que cooperaram com este estudo.

Aos meus pais, aos meus avós, aos meus irmãos e ao meu namorado por estarem sempre presentes e disponíveis para mim durante todo este caminho. Por me apoiarem e me motivarem a dar sempre o meu melhor. E claro, por fazerem os possíveis e impossíveis para que eu me sentisse realizada em todos estes anos de estudo. Um obrigado do fundo do coração, vocês são a minha maior sorte.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer aos meus amigos por todo o apoio que me deram. Obrigado por terem feito destes anos na UBI os melhores.

Resumo

Vários estudos, em famílias com filhos em faixas etárias distintas, reportam que, quando existe uma boa comunicação e um bom leque de recursos para lidar com as dificuldades e adversidades no seio familiar, os pais tendem a sentir-se mais eficazes e mais satisfeitos no seu papel, sentindo-se mais competentes no geral. Este estudo pretende assim entender qual a relação entre o funcionamento familiar e o sentido de competência parental em pais de crianças em idade escolar (6-9 anos). Para a sua concretização recorreu-se a uma amostra composta por 154 mães e 19 pais de 173 crianças com uma média de idade de 7.64 ($DP = 1.146$). Os pais/mães que participaram preencheram um questionário sociodemográfico bem como as versões portuguesas do *Systemic Clinical Outcome Routine Evaluation* (SCORE-15) e da Parenting Sense of Competence Scale (PSOC). Inicialmente, através da correlação de Pearson, foi possível concluir que, quanto melhor o funcionamento familiar em qualquer umas das suas três dimensões (comunicação, recursos e dificuldades), melhor é o sentido de competência parental, tanto a nível da eficácia como da satisfação. De seguida, os resultados das regressões lineares múltiplas demonstraram que os recursos que a família possui e a forma como lida com as adversidades predizem tanto a satisfação como a autoeficácia percebida pelos pais. Este estudo contribuiu para a análise do funcionamento familiar e do sentido de competência parental percebido por mães/pais portugueses com filhos em idade escolar e fortaleceu as características psicométricas das versões portuguesas do SCORE-15 e da PSOC.

Palavras-chave

Sentido de competência parental; sentido de autoeficácia parental; sentido de satisfação parental; funcionamento familiar; idade escolar

Abstract

Several studies, in families with children in different age groups, report that when there is good communication and a good range of resources to deal with difficulties and adversities within the family, parents tend to feel more effective and more satisfied in their role, feeling more competent in general. This study aims to understand the relationship between family functioning and the sense of parental competence in parents of school-age children (6-9 years). For its realization, a sample composed of 154 mothers and 19 fathers of 173 children with an average age of 7.64 ($DP = 1,146$) was used. The fathers/mothers who participated completed a sociodemographic questionnaire as well as the portuguese versions of the Systemic Clinical Outcome Routine Evaluation (SCORE-15) and the Parenting Sense of Competence Scale (PSOC). Initially, through Pearson's correlation, it was possible to conclude that the better the family functioning in any of its three dimensions (communication, resources and difficulties), the better the sense of parental competence, both in terms of efficacy and satisfaction. Then, the results of multiple linear regressions demonstrated that the resources that the family has and the way it deals with adversity predict both satisfaction and self-efficacy perceived by parents. This study contributed to the analysis of family functioning and the sense of parental competence perceived by portuguese mothers/fathers with school-age children and strengthened the psychometric characteristics of the portuguese versions of SCORE-15 and PSOC.

Keywords

Sense of parental competence; sense of parental self-efficacy; sense of parental satisfaction; family functioning; school age

Índice

Introdução	1
Capítulo I: Enquadramento teórico	2
1.1. Parentalidade	2
1.1.1. Competência parental, autoeficácia e satisfação	4
1.2. Família e Funcionamento familiar	6
1.2.1. Ciclo vital da família como sistema	9
1.2.2. Estrutura da família como sistema	10
1.2.3. Comunicação na família como sistema	11
1.3. Relação entre o funcionamento familiar e o sentido de satisfação e eficácia parental	12
Capítulo II: Metodologia	15
2.1. Apresentação do estudo e objetivos	15
2.1.1. Variáveis em estudo	16
2.1.2. Procedimentos	16
2.1.3. Caracterização dos participantes	17
2.1.4. Instrumentos	19
2.1.5. Análises estatísticas	21
Capítulo III: Resultados	22
3.1. Análises preliminares	22
3.1.1. Análise descritiva dos itens do SCORE-15	22
3.1.2. Análise descritiva dos itens do PSOC	23
3.1.3. Covariáveis	24
3.2. Análises para o teste de hipóteses	25
3.2.1. Relação entre o funcionamento familiar e o sentido de competência parental	25
Capítulo IV: Discussão dos Resultados	28
Capítulo V: Considerações Finais	33

Lista de Figuras

Figura 1. Fases do ciclo vital da família	9
--	---

Lista de Tabelas

Tabela 1. Funções e responsabilidades parentais na idade escolar.....	2
Tabela 2. Caracterização sociodemográfica dos pais ($N = 173$).....	17
Tabela 3. Caracterização sociodemográfica das crianças ($N = 173$).....	18
Tabela 4. Estatísticas descritivas dos itens das escalas do SCORE-15 ($N = 173$)	22
Tabela 5. Estatísticas descritivas dos itens das escalas do PSOC ($N = 173$)	23
Tabela 6. Matriz de correlações de Pearson entre os resultados do PSOC, do SCORE-15 e a idade da criança ($N = 173$)	24
Tabela 7. Teste <i>t-student</i> de comparação dos resultados no PSOC e SCORE-15 entre o sexo feminino e masculino ($N = 173$)	25
Tabela 8. Matriz das correlações de Pearson entre a PSOC e o SCORE-15 ($N = 173$).....	25
Tabela 9. Regressão Linear Múltipla: Funcionamento familiar como preditor da satisfação parental ($N = 173$)	26
Tabela 10. Regressão Linear Múltipla: Funcionamento familiar como preditor da eficácia parental ($N = 173$)	27

Lista de Acrónimos

CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
PSOC	<i>Parenting Sense of Competence Scale</i>
SCORE-15	<i>Systemic Clinical Outcome Routine Evaluation</i>
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
UAç	Universidade dos Açores
UBI	Universidade da Beira Interior

Introdução

Uma família, para ter um bom funcionamento, pressupõe que os membros interajam entre si, formando laços e saibam lidar com as adversidades e dificuldades de forma adaptativa. É ainda necessário que existam regras e limites bem estabelecidos, bem como a definição do papel de cada membro na família e respetiva hierarquia (Cervený & Berthoud, 2002). Ou seja, o funcionamento familiar exige uma rede de comunicação, métodos e recursos para lidar com obstáculos e adversidades e um sistema familiar bem estruturado, tendo em conta os limites e as hierarquias. Dessen e Costa (2005) destacam que o funcionamento da família, tal como descrito acima, interfere bastante no desenvolvimento da criança, ao longo das suas diferentes fases de desenvolvimento.

Para além do funcionamento familiar afetar o desenvolvimento da criança, este pode ainda afetar a perceção que os pais têm acerca do seu papel na família. Sendo que ser pai/mãe pode ser bastante complexo e desafiador, a forma como a família funciona pode alterar a forma como os pais se vêem no seu papel no seio familiar. Por norma, um funcionamento familiar coeso faz com que os pais se percecionem como eficazes no seu papel parental, mais satisfeitos e que tenham assim mais comportamentos parentais positivos (Brites et al., 2011).

O objetivo primordial deste estudo passa pela análise de como o funcionamento familiar pode influenciar a forma como os pais se sentem satisfeitos e eficazes na parentalidade. Desta forma, este estudo divide-se em cinco capítulos. O primeiro diz respeito ao enquadramento teórico, onde se define o conceito de sentido de competência parental e as suas duas dimensões, a autoeficácia e a satisfação parental. Ainda neste primeiro capítulo, define-se o funcionamento familiar do ponto de vista da abordagem sistémica e, por fim, são revistos alguns estudos prévios que correlacionam o funcionamento familiar e o sentido e competência parental. Passando para o segundo capítulo, este contém a metodologia do presente estudo, contando, desta forma, com a sua apresentação, os respetivos objetivos e hipóteses traçadas, as variáveis em questão, os procedimentos, a caracterização da amostra (tanto dos pais como das crianças), a descrição dos instrumentos utilizados (SCORE-15 e PSOC) e as respetivas análises estatísticas. No terceiro capítulo, são apresentados os resultados obtidos e o quarto capítulo surge como uma discussão dos resultados e das hipóteses traçadas inicialmente. Para finalizar, o quinto capítulo é dedicado às considerações finais acerca de todo o trabalho elaborado, mais concretamente, as limitações encontradas, sugestões para estudos futuros e conclusões sobre a pertinência e contributos deste trabalho.

Capítulo I: Enquadramento teórico

1.1. Parentalidade

Neste capítulo, iremos definir os conceitos de parentalidade e de sentido de competência parental, distinguindo as dimensões de satisfação e eficácia parental.

Bayle (2006) afirma que a parentalidade compreende um “processo maturativo que leva a uma reestruturação psicoafetiva, permitindo a dois adultos tornarem-se pais, isto é, responderem às necessidades físicas, afetivas e psíquicas dos seus filhos” (p.39). A generalidade dos pais assinala a parentalidade como sendo gratificante, estimulante e como algo que traz muitas aprendizagens, apesar de ser também algo muito desgastante, pois requer um compromisso de disponibilidade, por parte dos pais, para a proteção e cuidado dos filhos durante um longo período de tempo (Coleman & Karraker, 1998). Cruz (2005) identifica cinco funções diferentes da parentalidade. A primeira função prende-se com a satisfação das necessidades mais básicas de sobrevivência e de saúde das crianças. A segunda função tem em consideração a responsabilidade por parte dos pais de disponibilizar à criança um mundo físico organizado e previsível que possibilite a presença de rotinas e de organização. A terceira função diz respeito à necessidade de compreensão da realidade extrafamiliar, pois é através dos pais que a criança entra em contacto com o mundo exterior, servindo estes de mediadores. A quarta função relaciona-se com a satisfação das necessidades de afeto, confiança e de segurança da criança e, para isso, é necessário que os pais criem uma relação de vinculação com os seus filhos. Por fim, a última função alude às necessidades sociais da criança, mais especificamente, de interação e de inclusão na comunidade. Sendo a família o primeiro contexto de socialização da criança, esta, em particular os pais, contribui de forma muito importante para a adaptação social da criança. As funções adjacentes à parentalidade são distintas nas diferentes fases da vida da criança. De seguida, são apresentadas na Tabela 1 as funções correspondentes à parentalidade quando a criança se encontra em idade escolar.

Tabela 1

Funções e responsabilidades parentais na idade escolar

Fase da Vida	Funções e responsabilidades parentais
Idade escolar/ Infância média (7-12 anos)	<ul style="list-style-type: none">• mostrar interesse na aprendizagem da criança e comunicar bem com o seu professor;• ajudar a criança a aprender habilidades de autogestão;• incentivar a participação em atividades físicas e atividades fora da escola;• auxiliar a criança a gerir as suas emoções (e.g. ansiedade, desilusão);• ajudar a criança a estar confortável com identidade de género e sexualidade.

Nota: De Sanders & Mazzucchelli (2018, p.24)

Diferentes pais educam e cuidam dos seus filhos de forma distinta. Assim, Darling e Steinberg (1993) descrevem o conceito de estilo parental como sendo um conjunto de atitudes, por parte dos pais, em relação à criança. Estas, quando comunicadas à criança, e quando consideradas em conjunto, resultam num clima emocional no qual os comportamentos parentais são manifestados, tanto os específicos dirigidos a uma meta (e.g., deveres parentais), como os espontâneos (e.g., expressão espontânea de emoção, gestos). Estes autores discriminaram ainda, de uma forma mais completa, as diferenças entre estilo parental e práticas parentais. Assim sendo, o estilo parental refere-se aos padrões estabelecidos pelos pais na educação dos seus filhos e o clima emocional adjacente a estes. Já as práticas parentais dizem respeito aos comportamentos mais específicos que os pais apresentam nas suas interações com os seus filhos (e.g., envolvimento na escola, monitorização).

Baumrind (1966) reportou três estilos parentais diferentes: permissivo, autoritário e autoritativo. No que concerne o estilo parental permissivo, este é definido como a parentalidade não punitiva, recetiva e afirmativa dos impulsos, desejos e ações da criança. Neste estilo, os pais fazem poucas exigências quanto às responsabilidades domésticas e comportamentos que a criança deve adotar e apresentam-se à criança como um recurso para ela usar como deseja e não como um ideal para ela imitar, em termos de, por exemplo, valores e comportamentos. Ou seja, as crianças, quando educadas por pais que adotam este estilo parental, não têm muitos limites nem deveres, tendo muita liberdade para se autorregular. Passando ao estilo autoritário, este diz respeito à parentalidade onde existe uma tentativa de moldar, controlar e avaliar o comportamento e as atitudes da criança de acordo com um determinado padrão de comportamento, sendo este, normalmente, um padrão absoluto motivado teologicamente e formulado por uma autoridade superior. Estes pais valorizam a obediência, acreditando numa metodologia de pôr as crianças no seu lugar, restringindo a sua autonomia e atribuindo responsabilidades, considerando a preservação da ordem e da estrutura tradicional um fim altamente valorizado em si mesmo. As crianças que são educadas por pais que adotam este estilo, por norma, recebem pouco afeto e são bastante controladas e obedientes. Por fim, o estilo autoritativo refere-se à parentalidade onde tanto a vontade própria da criança quanto a disciplina são valorizadas. Assim, os pais que adotam este estilo tentam orientar as atividades da criança de forma racional e orientada para o problema, encorajando sempre a partilha verbal. Estes pais explicam aos seus filhos o raciocínio por detrás das suas regras e solicitam as suas objeções quando há uma recusa à conformidade, existindo uma afirmação das qualidades da criança, mas sempre definindo padrões para comportamentos futuros. Ou seja, este estilo parental possui um equilíbrio entre afeto e compreensão e, ao mesmo tempo, disciplina e controlo moderado e é, na opinião do autor, o estilo ideal.

Posteriormente, Maccoby e Martin (1983) diferenciaram os estilos parentais em função das dimensões de exigência e responsividade. A exigência alude à supervisão, controlo e disciplina das crianças por parte dos pais. Já a responsividade tem a ver com a preferência da

individualidade e da autoafirmação das crianças, através do apoio e aprovação que os pais dão aos filhos (Cecconello et al., 2003). Assim, Maccoby e Martin (1983) preservaram os estilos parentais autoritativo e autoritário como Baumrind os concebeu, mas dividiram o estilo parental permissivo em dois: estilo indulgente e estilo negligente. O estilo indulgente diz respeito à baixa exigência e alta responsividade. Os pais que adotam este estilo parental não criam regras claras para a criança, dando-lhe muita liberdade. Porém, são muito afetuosos, tolerantes e recetivos em relação aos seus filhos (Cecconello et al., 2003). Já o estilo parental negligente, é definido como a parentalidade não exigente e não responsiva, onde há uma fuga do papel como pai/mãe, dando pouco afeto, atenção e supervisão aos seus filhos. No estilo indulgente existe uma escassa supervisão e disciplina, mas existe afeto, e no estilo negligente não está presente nenhuma destas dimensões (Maccoby & Martin, 1983).

É ainda importante referir que a parentalidade tem que ser considerada através de uma perspectiva de reciprocidade, em que tanto os pais como filhos se influenciam mutuamente, não sendo apenas os pais a influenciar os filhos. Tanto os filhos são influenciados pelos pais, através dos cuidados e proteção que estes concedem aos filhos, como os pais são influenciados pelo afeto e apoio dos seus filhos, numa relação de vinculação satisfatória para ambos os lados (Maccoby, 2002). Relacionando os estilos parentais com o sentido de competência parental, Day e colaboradores (1994) realizaram um estudo com uma grande amostra clínica de crianças referenciadas por problemas de comportamento. Assim, conseguiram concluir que pais que adotavam estilos de parentalidade mais rígidos, com técnicas de disciplina mais restritas e severas, por norma, apresentavam um menor sentido de autoeficácia e de competência parental e os seus filhos apresentavam mais problemas a nível comportamental.

Mais recentemente, a parentalidade e o sentido de eficácia no exercício deste papel estão a ser condicionados pelas novas tecnologias. Livingstone e Byrne (2018) relatam que os pais, devido à fácil acessibilidade à *internet* e aos meios tecnológicos, estão a sentir-se desafiados na sua competência, no seu papel e na sua autoridade. Os mesmos autores referem ainda que a falta de competência percebida pelos pais devido ao ritmo acelerado da era tecnológica em que vivemos pode resultar num desconforto das crianças para recorrerem aos pais, quando necessitam de apoio, bem como pode fazer com os pais não se sintam tão eficazes e capazes para apoiar e educar os seus filhos.

1.1.1. Competência parental, autoeficácia e satisfação

Um pai, para ser competente, deve ter sensibilidade para o desenvolvimento de competências da criança bem como deve estar envolvido, de forma psicológica e comportamental, com a mesma (Belsky et al., 1984). Para Gilmore e Cuskelly (2008), o sentido de competência parental é essencial, pois se os pais se sentirem confiantes nas suas capacidades de cuidarem e criarem os seus filhos, a probabilidade de utilizarem práticas parentais eficazes aumenta, o que promove um desenvolvimento positivo dos filhos.

O sentido de competência parental possui assim dois constructos que, embora distintos, estão correlacionados: a satisfação que advém da parentalidade e o sentido de eficácia parental (Ohan et al., 2000).

Relativamente a esta primeira dimensão do sentido de competência parental, a satisfação parental diz respeito ao sentimento de gratificação que os pais sentem, tendo em conta as suas responsabilidades sobre os seus filhos (Mouton & Tuma, 1988). Pode ainda ser definido como a qualidade do afeto e emoções positivas associadas à paternidade, como por exemplo, diversão e prazer (Rogers & Matthews, 2004). Para Johnston e Mash (1989), a satisfação parental assinala uma dimensão afetiva da parentalidade, refletindo o nível de frustração, ansiedade e motivação dos pais para desempenharem o papel. Os seus estudos levaram à conclusão de que pais que relatam mais problemas de comportamento dos seus filhos também revelam níveis mais baixos de satisfação parental. A insatisfação parental pode variar em intensidade, sendo que, no seu nível mais elevado, pode haver reações depressivas por parte dos pais, pois o humor depressivo surge de uma reação cognitiva negativa que cria cognições ainda mais negativas que resultam num agravamento do estado de humor parental. Segundo Cruz (2005), a insatisfação parental, por norma, aparece devido a uma avaliação negativa da autoeficácia pelos próprios pais. Esta insatisfação pode dever-se, por exemplo, à discrepância entre as expectativas dos pais e os comportamentos da criança, ao sentimento de dúvida face à competência como pai (baixa crença de autoeficácia), ou à perceção de uma incoerência entre os seus valores e entre as suas ações.

Relativamente ao segundo constructo existente no sentido de competência parental, o sentido de autoeficácia é definido como o nosso autojulgamento de quão bem conseguimos executar uma tarefa. Assim, para termos um bom desempenho é necessário um bom sentido de autoeficácia (Bandura, 1982). Desta forma, pode considerar-se que a autoeficácia parental é uma componente cognitiva central para o sentido de competência parental, que consiste nas avaliações que os pais fazem em relação à sua própria competência parental e nas suas perceções acerca das suas capacidades para afetar, de forma positiva, o comportamento e o desenvolvimento dos seus filhos. Ardel e Eccles (2001) têm uma definição semelhante de eficácia parental, onde esta é definida como as crenças dos pais na sua capacidade de influenciar a criança e o seu ambiente, de forma a promover o desenvolvimento e o sucesso da criança.

Quando os filhos se encontram em idade escolar, as crenças de autoeficácia parental são muito importantes, pois quando os pais se sentem eficazes e competentes conseguem auxiliar os seus filhos com os desafios que advém do contexto escolar em que agora estão inseridos. Englobando as suas experiências pessoais, conhecimentos e competências adquiridos ao longo da vida e o conhecimento que têm acerca das necessidades dos seus filhos, pais que se sentem eficazes no seu papel podem ajudar no desenvolvimento saudável e eficaz dos seus filhos (Coleman & Karraker, 2000).

As crenças de autoeficácia, especificamente na parentalidade, representam uma variável importante para entender as aptidões e satisfação dos pais. Assim, para que os pais se sintam

eficazes, eles devem deter: 1) conhecimentos sobre cuidado infantil, 2) confiança nas suas habilidades para realizar tarefas de cuidado infantil e 3) acreditar que os seus filhos irão responder de acordo com as suas ações e que as pessoas no seu meio social apoiarão os seus esforços (Coleman & Karraker, 1998). De facto, existe uma forte relação, segundo os mesmos autores, entre satisfação e eficácia, pois há uma maior dificuldade em obter satisfação numa atividade para a qual não se tem uma crença de aptidão e, de igual forma, há uma maior dificuldade de ter uma crença de aptidão numa atividade para a qual não se alcança satisfação. Também Cruz (2005) salienta a necessidade de uma avaliação de autoeficácia positiva para poder haver um sentimento de satisfação por parte dos pais. Assim, os pais, quando se avaliam como competentes e eficazes (sentido do autoeficácia) e, ao mesmo tempo, sentem-se satisfeitos com a parentalidade (satisfação parental), confiam mais em si mesmos e nas suas capacidades de educar e cuidar dos filhos, o que resulta numa parentalidade mais positiva e eficaz. Pacheco e colaboradores (2015) relatam que os programas parentais focados no desenvolvimento das suas competências enquanto pais (desenvolvimento de saberes e capacidades) revelam resultados positivos nas crenças de eficácia e de satisfação em relação à parentalidade.

1.2. Família e funcionamento familiar

O conceito de família está definido, no dicionário da língua portuguesa, como o conjunto de parentes que uma pessoa tem e que, por norma, vivem com esta, habitualmente formada pelos pais e pelos filhos. Pode ainda significar um conjunto de pessoas que partilham um ancestral, uma linhagem (Priberam, 2021). Diferentes teorias definem o conceito família e o seu funcionamento de formas distintas.

Amaro (2006) refere que as teorias psicanalíticas abordam três níveis de consciência (consciente, pré-consciente e inconsciente) e, por consequente, três elementos que influenciam o processo de formação da nossa identidade: o Id que representa as forças instintivas do nosso inconsciente, o Superego que exprime os nossos deveres morais e comportamentos adequados e que o Ego expõe o equilíbrio e o mundo real. O autor refere ainda que, nestas teorias, a família é vista como a responsável pela socialização da criança, e, assim sendo, tem o objetivo de ajudar a criança a resistir às forças instintivas, a permanecer fiel ao Ego e auxilia no controlo da sexualidade manifestada ao longo do crescimento, sendo este papel de controlo muito importante na formação da identidade da criança.

A perspetiva feminista foca-se no papel da mulher no seio familiar e como este tem evoluído ao longo do tempo. Assim, o objetivo passa por entender o papel de subordinação da mulher para tentar mudá-lo. Além disso, a perspetiva feminista põe em causa os papéis tradicionais que cada um têm na família, dizendo que tanto o pai como a mãe devem dividir tanto as tarefas mais emocionais, como as mais executivas (Olson et al., 2014). Ainda segundo esta perspetiva, a complementaridade matrimonial, para além de um acordo psicológico entre marido e mulher, é ainda um fenómeno estruturado e complexo, em constante ligação com o contexto social do

casal. Assim, considerando o contexto social, tem que se ter em conta as hierarquias rígidas e organizadas na nossa sociedade, tal como o género. Esta teoria diz-nos que as hierarquias de género mais complexas da nossa sociedade dificultam o funcionamento das hierarquias geracionais na família, o que pode afetar as relações familiares estabelecidas (Goldner, 1985).

A psicologia positiva destaca o conceito de resiliência, dando ênfase à necessidade de entender os aspetos positivos e às capacidades da família (Yunes, 2003). Assim, McCubbin e McCubbin (1988) destacam o estudo da resiliência nas famílias em duas fases: em resposta a uma mudança (fase de ajustamento) e a uma catástrofe (fase de adaptação), pois é nestes momentos que se revela a importância da resiliência no processo de adaptação das famílias e que se consegue compreender quais as características, pontos fortes e capacidades do sistema familiar necessários para gerir momentos de mudança que exigem uma organização e adaptação de todos os membros da família e do próprio funcionamento familiar.

Para Olson e colaboradores (2014), a família, na teoria da construção social, muda ao longo do tempo, ou seja, as famílias com o passar do tempo podem construir novas narrativas que alteram o seu funcionamento e dinâmica, pois o ser humano está imerso no mundo social, pelo que é muito difícil ter em conta apenas o indivíduo sem considerar o seu contexto social. Os mesmos autores mencionam ainda que o contexto e as nossas experiências moldam a nossa identidade pessoal, e, por conseguinte, a identidade familiar acompanha esta mudança, bem como o funcionamento familiar, que, de igual forma, depende dos fatores sociais do nosso meio.

Na perspetiva sistémica, a família é vista como um sistema aberto, social e auto-organizado. Cada família é um todo (mais do que a soma das suas partes) porém, é também parte integrante de outros sistemas em que está integrada (e.g., comunidade) (Relvas, 2003). A família pode assim ser considerada um sistema por três razões diferentes. Tal como outro qualquer sistema, a família é composta por objetos e pelas suas relações e propriedades; contém subsistemas ligados de forma hierarquicamente organizada e possui limites que a distinguem do meio circundante (Alarcão, 2006). Ao ser considerada como um sistema no meio de outros sistemas, dá-se especial ênfase a todas as relações estabelecidas dentro do sistema e com os outros sistemas em que se insere, sendo que assim não é menosprezado nem o indivíduo nem o próprio contexto (Relvas, 2003). De acordo com Minuchin e Fishman (1981), a família é equiparável a um organismo que evolui ao longo do tempo, começando com uma união entre duas células (por norma os pais), que posteriormente formam uma entidade que possui vários corpos (por norma, pais e filhos) e que passa por vários estádios ao longo do seu desenvolvimento. Estes autores expõem ainda que a família, no seu funcionamento, enquanto sistema, tem uma propensão tanto para a manutenção como para a evolução, onde podem ocorrer mudanças e alterações, sendo que, por norma, o sistema familiar tem uma capacidade incrível de adaptação, mantendo a continuidade.

Bronfenbrenner (2002), na sua teoria bioecológica do desenvolvimento humano, dá ênfase a três características das relações entre indivíduos, e, por conseguinte, das relações familiares. A primeira é a reciprocidade, que diz respeito à influência que cada pessoa, dentro da relação, tem nas outras e como o que faz afeta os outros. A segunda característica é o equilíbrio de poder, pois, por norma, nas relações há discrepâncias nos níveis de poder entre os membros. A aceitação desta discrepância numa dimensão saudável, caracteriza o equilíbrio de poder. Para um desenvolvimento positivo deve existir equilíbrio de poder que, gradualmente, modifica-se a favor da pessoa em desenvolvimento, o que promove o desenvolvimento da autonomia. Por fim, a última característica é a relação afetiva, pois se as relações familiares forem positivas e o afeto for recíproco, há uma maior probabilidade de sucederem processos evolutivos adaptativos. É ainda importante ressaltar que uma perspectiva ecológica da família permite perceber melhor o funcionamento da mesma, pois, para além de permitir uma visão mais detalhada de cada parte do ecossistema e das relações mantidas entre si, dá também importância ao contexto em que a família e os seus membros separadamente se inserem, ao invés de apenas focar na família como se se tratasse de um sistema fechado (Paulocci et al., 1977).

O funcionamento familiar caracteriza-se pelo ambiente familiar, ou seja, pelas interações e relações entre membros da família e como estes lidam com momentos de conflito e coesão, o seu grau de adaptabilidade, organização e comunicação eficaz (Lewandowski et al., 2010). Minuchin (1982) refere que, para existir um funcionamento familiar saudável, tem que haver fronteiras claras entre membros da família. Quando não existem limites, as fronteiras tornam-se difusas e forma-se um padrão de funcionamento emaranhado na família, que não é saudável pois é pouco estruturado e não existem regras bem delimitadas. Mas, os limites também não devem ser excessivos, pois assim podemos ter fronteiras demasiado rígidas, que pode levar a dificuldades na comunicação entre familiares.

Para explicar melhor o funcionamento familiar, Olson (2019) desenvolveu o modelo circunplexo dos sistemas conjugais e familiares, dentro da perspectiva sistémica. Assim, segundo este modelo, existem duas dimensões a ter em conta quando se fala do sistema familiar e de como este funciona – a sua coesão e a sua flexibilidade. A coesão é definida como a ligação emocional partilhada pelos membros da família e esta tem cinco níveis, dependendo do grau de coesão que a família apresenta. Desde famílias desagregadas onde os níveis de coesão são muito baixos, até famílias aglutinadas onde os níveis de coesão são bastante altos. Já a flexibilidade remete para o nível em que a família está recetiva, tanto à mudança como à estabilidade. Da mesma forma que a dimensão coesão, a flexibilidade também apresenta cinco dimensões, desde famílias rígidas, com um grau de flexibilidade muito baixo, a famílias caóticas com uma flexibilidade muito alta (Gomes & Gouveia-Pereira, 2014). Segundo este modelo, para a família funcionar de forma positiva, esta deve manter níveis de coesão e de flexibilidade equilibrados, ou seja, nem muito altos nem muito baixos, pois famílias equilibradas tendem a ser mais funcionais, a ter uma comunicação mais positiva e a saberem alterar eficazmente os seus níveis

de coesão e flexibilidade quando necessário, para lidar da melhor forma com o *stress* e as mudanças no desenvolvimento do sistema familiar (Olson, 2019).

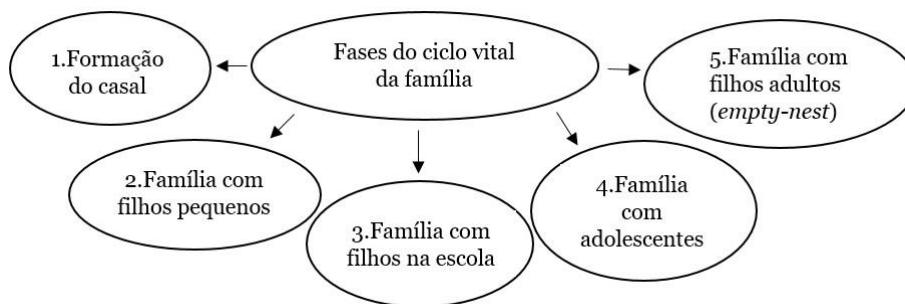
Dentro da temática da família, bem como do funcionamento familiar, é importante dar ênfase à perspectiva sistêmica, pois esta tem em conta todo o conjunto de sistemas interligados ao sistema família (pares, escola, trabalho) que influenciam o seu funcionamento e sem os quais não o podemos avaliar na totalidade, pois as interações entre os membros da família, os limites estabelecidos e todas as dinâmicas à volta do sistema família dependem de todo o contexto em que a família se insere (Vilaça et al., 2014). Assim, será agora abordado, sinteticamente, como esta perspectiva contempla o ciclo vital da família, a sua estrutura, bem como os subsistemas que dela resultam e os respetivos limites entre subsistemas e a comunicação entre a família, com o objetivo de entender quais as variáveis relativas à família que podem tornar o seu funcionamento coeso e eficaz.

1.2.1. Ciclo vital da família como sistema

A família, enquanto sistema, passa por várias fases diferentes no seu ciclo, variando em termos de obstáculos e adaptações com que se defronta.

Figura 1

Fases do ciclo vital da família



Nota: Elaboração própria

Para Minuchin (2004), existem cinco fases do ciclo vital da família. A primeira, designada de formação do casal, dá-se no início do casamento, onde o casal tem que se acomodar a esta nova fase, adaptando as suas rotinas e hábitos, tornando o casamento a sua prioridade e fazendo uma separação da família de origem, de forma a estabelecer limites entre o casal e os restantes membros da família. Segue-se a fase da família com filhos pequenos, onde há o nascimento do primeiro filho, em que este traz uma mudança enorme no que concerne a organização da família. Aqui o casal, para além das funções dentro da sua relação, passa a ter função educativas e de cuidado para com o seu filho. Na terceira fase, família com filhos na escola, as crianças acabam por atingir a idade escolar, e a família segue assim para a fase da família com adolescentes, onde os filhos tornam-se adolescentes, podendo haver também o nascimento de novos filhos. Na última fase, família com filhos adultos – *empty nest*, os filhos deixam a família,

reaparecendo assim o subsistema conjugal, uma vez que o foco de atenção dos pais deixa de ser tão concentrado nos filhos e podem agora concentrar-se um no outro, embora em situações sociais distintas das anteriores. O autor afirma ainda que estas fases do desenvolvimento da família exigem adaptação e reestruturação da estrutura familiar, bem como dos papéis e funções de cada um, devendo a família manter sempre a sua continuidade, apoiando todos os seus membros no seu desenvolvimento e adaptação a novas fases e ao seu contexto.

Há um visível crescimento da percentagem de novas formas de família em Portugal, sendo que os casamentos cada vez mais acabam por uma rutura entre o casal, que por sua vez resulta no divórcio. Assim, cada vez mais vemos famílias monoparentais e famílias reconstituídas. Falamos em famílias reconstituídas quando, de um rompimento de um casamento, um dos membros do ex-casal (ou os dois) começa uma nova relação com um novo parceiro, o que por norma leva ao surgimento de novas famílias por parte dos dois membros que outrora estavam juntos (Gameiro, 1994). Já a família monoparental é composta por um dos pais e os seus filhos. Para além destas duas novas formas de família, existem também as famílias homossexuais que são formadas por duas pessoas do mesmo sexo com ou sem filhos e famílias unipessoais que contam com apenas uma pessoa solteira ou divorciada (Amaro, 2006).

1.2.2. Estrutura da família como sistema

A estrutura familiar define-se através das relações estabelecidas entre os membros da família, que dão configurações distintas em diferentes fases do ciclo vital do sistema familiar, sendo a família não só uma unidade total, mas também uma totalidade de unidades (indivíduos que a constituem) (Alarcão, 2006). Assim, segundo Relvas (2003), a família necessita de fronteiras mais específicas dentro do sistema, ou seja, de subsistemas, que possibilitem a diferenciação dos contextos envolventes e dos membros participantes. O autor define os subsistemas pela complexidade relacional que caracteriza as famílias, ou seja, dependendo da comunicação existente e da forma como se dão as interações com os diferentes membros da família, vão surgindo diferentes regras e normas relativas a cada subsistema dentro da família.

Para Alarcão (2006), numa família, por norma, existem quatro subsistemas. O primeiro diz respeito ao subsistema individual, sendo este composto pelo indivíduo que desempenha papéis noutros sistemas para além do sistema familiar. O segundo subsistema é o conjugal, referente ao marido e mulher, sendo que uma das suas funções passa pelo desenvolvimento de limites em relação a outros membros da família, com o objetivo de ser protegidos, enquanto casal, da intrusão dos outros membros. Para o autor, o terceiro subsistema denomina-se subsistema parental e este, por norma, é também constituído pelo marido e mulher, pelo que o que difere é a sua função. Aqui as funções são executivas e visam o cuidado, proteção e educação dos filhos, podendo este subsistema não ser formado pelos pais se não forem estes que detêm estas funções. Por fim, o subsistema fraternal é composto pelos irmãos, sendo que este subsistema tem a função de socialização, desenvolvendo as capacidades relacionais entre pares.

Os subsistemas, dependendo da estruturação familiar, podem admitir mais trocas com o meio envolvente (mais abertos) ou então podem ser mais restritos neste sentido (mais fechados), as mesmas pessoas podem pertencer a diferentes subsistemas e estes podem variar na sua estrutura ao longo do ciclo vital (Relvas, 2003). Assim, Minuchin (1979, cit. in Alarcão, 2006) aponta como vital existirem limites, para proteger as especificidades de cada subestima e regular a passagem de informação entre eles. Posto isto, o autor identifica três tipos diferentes de limites que podemos encontrar nas famílias e de uns subsistemas para os outros. Os primeiros são os limites claros, sendo que estes delimitam o espaço e as funções de cada membro e de cada subsistema de uma forma clara e nada confusa. Os segundos limites denominam-se difusos, e estes existem quando subsiste uma grande permeabilidade que resulta numa dificuldade da diferenciação entre subsistemas. Por fim, a última forma de limites são os rígidos, onde não há espaço para uma comunicação e compreensão entre subsistemas.

1.2.3. Comunicação na família como sistema

A comunicação define-se tanto como a troca sistemática de informações com algum nível de sentido e valor compartilhado pelos membros da família, como pelo papel de mediadora de conflitos resultantes da perceção do meio díspar em cada um, devido à estrutura neural e contextos situacionais que diferem entre indivíduos (Paolucci et al., 1977). A comunicação dá-se, não só através da fala, mas também através de gestos, sorrisos e da nossa postura para com os outros, e, no seio de uma família, é imperativo que os sentimentos sejam expressos e comunicados a todos os membros e que se invista em formas de comunicação e de expressão das emoções adequadas (Gameiro, 1994).

Segundo Dias (2015), o modelo sistémico dá bastante ênfase à comunicação, pois este realça a interdependência entre os elementos constituintes de uma família e, dado que só se pode conhecer a família se se adotar uma visão do todo constituinte do sistema, a comunicação entre os membros é fulcral para compreender as suas relações e interações. Para todos os membros da família se sentirem integrados e satisfeito dentro da mesma é necessário estabelecer canais de comunicação que permitam a interação mutua e o desenvolvimento enquanto grupo. Sendo que a comunicação é uma forma de transferir significados de uma pessoa para outra, é importante, para além do conteúdo, os sentimentos e emoções associados a este. Dado isto, tem que se atender tanto à comunicação verbal como à não-verbal de forma simultânea, pois apesar de se darem ao mesmo tempo, podem ser contraditórias uma da outra, e estas expressões são importantes para compreender a comunicação como um todo (Dias, 2015).

Existem, segundo Paolucci e colaboradores (1977), três dimensões da comunicação: a *pathos*, a *logos* e a *poiesis*. A *pathos* diz respeito à comunicação enraizada nos sentimentos e emoções, o que pode alterar as relações entre familiares, dependendo se estas se dão através de sentimentos e emoções positivos ou não. A *logos* refere-se à forma como os pensamentos são traduzidos em linguagem. A linguagem tem significados específicos para quem está a comunicar e assim este pode demonstrar a identidade de cada um, facilitando o estabelecimento de relações

interpessoais. Por fim, a *poiesis* é a habilidade de ser poético na comunicação, integrando expressões verbais, não verbais e emocionais no discurso. Esta dimensão ajuda no estabelecimento de relações dentro da família pois, por norma, palavras sem sentido e que não verbalizam sentimentos dificultam a comunicação. Ao utilizar-se um método que conjuga o emocional com o cognitivo e racional abre-se uma porta para uma melhor compreensão entre partes na comunicação. Se estas três dimensões estiverem presentes na comunicação familiar a tendência é para que esta se torne positiva e eficaz e melhore o funcionamento familiar.

1.3. Relação entre o funcionamento familiar e o sentido de satisfação e eficácia parental

Ser pai/mãe é algo gratificante que pode trazer imensa felicidade, contudo, em certas situações, pode ser bastante desafiante. A parentalidade é mais simples, menos complexa e menos stressante quando as famílias funcionam bem, se relacionam bem entre si e vivem em ambientes que são propícios a uma boa parentalidade e interação familiar, tanto dentro da própria família como no seu sistema (Sanders & Turner, 2018). Desta forma, neste subcapítulo vão ser apresentados alguns estudos que demonstram a associação existente entre o funcionamento familiar e o sentido de competência parental, nomeadamente o sentido de satisfação e de eficácia percebido pelos pais e mães, no desempenho da parentalidade. A qualidade de vida em família é essencial para o bem-estar da criança e, conseqüentemente, dos pais. As relações familiares, principalmente as relações mantidas entre pais e filhos, têm um efeito preponderante no bem-estar de todos os membros da família, a nível social, psicológico e físico (Sanders, 1999).

O estudo do funcionamento familiar e das suas diferentes dimensões é vital para compreender o sentido de competência parental. Para Bandura e colaboradores (2011), o funcionamento familiar saudável tem impacto na eficácia familiar e parental percebida e, por isso, promove a satisfação com a família e com a parentalidade. Os mesmos autores referem que, ao existir um funcionamento familiar positivo, a família acaba por se sentir mais eficaz nos seus relacionamentos e comunicação, existindo uma maior satisfação com a vida familiar no geral. Paolucci e colaboradores (1977) referem que, para o funcionamento familiar ser satisfatório e, de igual forma, existir um sentido de competência parental positivo, é necessário um comprometimento dos membros da família em gastar tempo e energia a construir as relações familiares. Dizem-nos ainda que a satisfação familiar representa uma variável global do funcionamento familiar, ou seja, uma espécie de *blue print* das formas como os membros da família estão satisfeitos com o nível de apoio recebido, com as formas de resolver os problemas familiares, com a qualidade do tempo passado juntos e do grau de interdependência dentro da família. Da mesma forma, Caprara e colaboradores (2006) relatam que crenças positivas acerca do funcionamento familiar contribuem para o aumento da percepção de eficácia tanto a nível parental como a nível coletivo, ou seja, da família como um todo. Trivette e Dunst (2004) mencionaram ainda, nos seus estudos, que o controlo que os pais percecionam ter sobre o

funcionamento da sua família está correlacionado com as suas crenças acerca das suas competências enquanto pais.

Salonen e colaboradores (2010) realizaram um estudo com o objetivo de explorar a associação entre o funcionamento familiar (entre outras variáveis) e o sentido de competência parental em recém-pais. Este estudo contou com 863 mães e 525 pais. Os resultados mostraram que o funcionamento familiar foi um fator muito importante para o sentido de competência parental, principalmente para o sentido de satisfação parental, tanto nos pais como nas mães. Ainda com uma amostra de recém-pais, Angley e colaboradores (2015) estudaram a associação entre o funcionamento familiar e o sentido de satisfação e de autoeficácia parental que estes pais e mães apresentavam, seis meses após o parto. Concluíram que um funcionamento familiar adaptativo é vital para que os pais se sintam aptos, capazes e eficazes na parentalidade.

Glatz e Buchanan (2015) investigaram as oscilações nos níveis de autoeficácia percebida por pais de filhos que entram na fase da adolescência (entre os 11 e os 15 anos). Assim, contando com a participação de 398 pais, conseguiram determinar que, nesta fase de mudança e desenvolvimento, a qualidade da comunicação (dimensão do funcionamento familiar) entre pais e filhos tende a diminuir, assim como a qualidade da própria relação entre pais e filhos a piorar, pelo que o sentido de autoeficácia parental, por norma, diminui também. Nesta mesma faixa etária, Zabriskie e McCormick (2003) analisaram a relação entre o envolvimento em atividades em família e o nível de satisfação familiar, numa amostra de 179 famílias, com crianças dos 12 aos 15 anos. Os autores chegaram à conclusão de que o envolvimento de toda a família em atividades coletivas conduz a melhorias no funcionamento familiar, ao aumento do tempo de qualidade passado em família e nos padrões comunicacionais entre pais e filhos, levando a que os pais sintam maior satisfação no desempenho do seu papel parental.

Existe um interesse crescente no estudo de programas que desenvolvem competências parentais que melhoram o funcionamento familiar e, conseqüentemente, o sentido de competência que os pais sentem. Coutinho (2003), nos seus estudos, concluiu que pais que aderem a programas que visam a melhoria das competências parentais mostraram maiores níveis de funcionamento familiar positivo após a conclusão dos programas, comparativamente ao período anterior ao início desses programas, tendo melhorado a sua percepção de eficácia parental. Nesta mesma linha, Katsikitis e colaboradores (2013) realizaram um estudo que permitiu testar se um programa de intervenção com o objetivo de fortalecer as ligações familiares promoveria o sentido de competência parental, comparando pais que integraram este programa com um grupo de controlo que não esteve no programa de intervenção. Os participantes deste estudo tinham filhos menores de 18 anos, sendo que estes foram indicados para o programa de intervenção através da escola dos filhos. Os resultados demonstraram que os pais que participaram neste programa, no final, apresentavam um maior sentido tanto de satisfação como de eficácia com o seu papel enquanto pai/mãe. Ainda relativamente à influência de programas educativos no funcionamento familiar e no sentido de competência parental, Gelatt e

colaboradores (2010), recorreram a meios digitais para auxiliar no funcionamento familiar positivo. Este estudo contou com 300 pais de crianças entre os 11 e os 15 anos, e concluiu que, ao entrarem neste programa, estas famílias melhoraram o seu funcionamento familiar, aumentando assim o sentido de parentalidade, de competência parental e o ajustamento familiar. Um outro estudo foi realizado por Barber (1992) com mães de crianças com idade entre 1 e 15 anos, na tentativa de auxiliar os pais ainda antes de existirem problemas e/ou conflitos relacionados com a parentalidade. Este estudo contou com a participação de 124 mães australianas, onde foi possível verificar que a sua participação em grupos que prestam auxílio na parentalidade e que dão ferramentas úteis para lidar com situações de conflito, mesmo antes destas existirem, ajudando a manter um funcionamento familiar coeso, contribuiu para melhorar os seus sentidos de satisfação e eficácia parental, imediatamente após o plano de intervenção ter sido posto em prática.

Relacionando o funcionamento e satisfação familiar com os estilos parentais, Segrin e colaboradores (2012) realizaram um estudo com 538 pares de pais e filhos já em idade adulta. Segundo os resultados obtidos, o controlo parental excessivo está associado a uma menor qualidade na comunicação entre pais e filhos o que faz com que haja menor satisfação com a vida em família. De forma semelhante, com uma amostra de 110 mães e 110 pais de crianças com idade entre os 5 e os 12 anos, Ohan e colaboradores (2000) tentaram perceber qual a correlação existente entre o estilo parental adotado e o sentido de competência percebido pelos pais. Deste modo, descobriram que tanto as mães como os pais que apresentaram um estilo parental menos restrito, onde não havia muito conflito familiar e o funcionamento familiar era mais coeso, demonstravam estar mais satisfeitos e sentiam-se mais eficazes com o seu papel enquanto pais/mães.

Em suma, existem alguns estudos que enfatizam a importância de um bom funcionamento familiar para a percepção positiva de sentido de competência parental em pais de crianças e adolescentes. No mesmo sentido, há ainda estudos que demonstram a importância dos programas educativos para melhorar o funcionamento familiar e, deste modo, o sentido de competência parental. De um modo geral, a revisão de literatura realizada permite estabelecer um efeito positivo do funcionamento familiar saudável e adaptativo na percepção favorável de competência parental de pais e mães em idade escolar.

Capítulo II: Metodologia

2.1. Apresentação do estudo e objetivos

O presente estudo insere-se no projeto de investigação “Preditores psicossociais de ajustamento infantil e familiar”, que pretende estudar a rotina das famílias, bem como algumas variáveis parentais e das crianças. É um projeto desenvolvido pelo Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior (UBI), em parceria com a Universidade dos Açores (UAç).

Este estudo tem como objetivo principal perceber se e de que forma o funcionamento familiar está associado e prediz o sentido de competência parental. Assim, os objetivos específicos do estudo são os seguintes:

- Analisar e descrever o funcionamento familiar, avaliado através da perceção de um dos pais;
- Analisar e descrever o sentido de competência parental, avaliado através da perceção de um dos pais;
- Verificar se existe uma associação entre o funcionamento familiar e o sentido de competência parental, em particular se o funcionamento familiar é preditor do sentido de competência parental.

De acordo com a revisão de literatura realizada (e.g., Coutinho, 2003; Gelatt et al., 2010; Glatz & Buchanan, 2015; Salonen et al., 2005), delinear-se duas hipóteses gerais e, dentro de cada uma, três hipóteses específicas, sendo estas:

Hipótese 1: O funcionamento familiar é preditor da perceção de satisfação parental;

- Hipótese 1a: A comunicação na família é preditor da perceção de satisfação parental;
- Hipótese 1b: Os recursos familiares são preditores da perceção de satisfação parental;
- Hipótese 1c: As dificuldades familiares são preditores da perceção de satisfação parental;

Hipótese 2: O funcionamento familiar é preditor da perceção de eficácia parental;

- Hipótese 2a: A comunicação familiar é preditor da perceção de eficácia parental;
- Hipótese 2b: Os recursos da família são preditores da perceção de eficácia parental;
- Hipótese 2c: As dificuldades familiares são preditores da perceção de eficácia parental.

O presente estudo é quantitativo, pois as análises são realizadas com recurso a dados numéricos e a técnicas estatísticas e descritivo, pois a caracterização da amostra fez-se pela recolha de dados, sem manipulação de variáveis. É igualmente um estudo correlacional e não-experimental, pretendendo-se estudar relações entre as diferentes variáveis. Neste estudo, as variáveis critério são a eficácia e a satisfação parental, subescalas que avaliam o sentido de competência parental e as variáveis preditoras são os recursos familiares, a comunicação na família e as dificuldades familiares, subescalas que avaliam o funcionamento familiar.

2.1.1. Variáveis em estudo

Os dados dos participantes da presente investigação foram recolhidos através do Questionário Sociodemográfico, da Escala de Sentido de Competência Parental (PSOC) e do *Systemic Clinical Outcome Routine Evaluation* (SCORE-15).

Assim, as variáveis em estudo foram:

- **Sentido de competência parental:** A perceção da competência parental foi avaliada através da Escala de Sentido de Competência Parental, que integra um total de 17 itens. Cada item é respondido numa escala de *likert* de cinco pontos, cujos valores variam entre 1 (“discordo totalmente”) e 5 (“concordo totalmente”);
- **Funcionamento familiar:** Para avaliar o funcionamento familiar recorreu-se ao *Systemic Clinical Outcome Routine Evaluation* (SCORE-15), sendo este um questionário de autorresposta com 15 itens, com uma escala de resposta *likert* de cinco pontos, em que as respostas variam de 1 (“descreve-nos muito bem”) a 5 (“não nos descreve nada”).

2.1.2. Procedimentos

Como referido anteriormente, este estudo insere-se no projeto de investigação “Preditores psicossociais de ajustamento infantil e familiar”, aprovado pela comissão de Ética da Universidade da Beira Interior (CE-UBI-Pj-2021- 053).

Posteriormente, através de contactos próximos e do contacto com CATL’s (centros de atividades de tempos livres) e escolas básicas dos distritos de Castelo Branco, Guarda e Aveiro, foram recolhidos 216 questionários. Tendo em conta os critérios de exclusão definidos (e.g., questionários em branco, sem a idade da criança ou com idade não compreendida entre 6 e 9 anos, com um número de respostas em branco elevado e sem o consentimento informado devidamente assinado), a amostra contou, no final, com 173 participantes.

A recolha dos dados fez-se com a ajuda dos professores e educadores das escolas e CATL’s, que entregaram os protocolos de investigação diretamente aos pais ou então colocaram na mochila das crianças para os pais o receberem. No que diz respeito aos contactos próximos, os

questionários foram dados em mão aos pais das crianças pelas investigadoras. Aquando da entrega do questionário, entregou-se ainda um consentimento informado que explicava os objetivos da investigação e continha os contactos da equipa de investigação e um envelope para o questionário ser entregue selado, mantendo assim a confidencialidade das respostas. A recolha dos questionários junto das entidades que se disponibilizaram a participar foi feita presencialmente por cada uma das investigadoras.

2.1.3. Caracterização dos participantes

A amostra foi recolhida por conveniência, por contactos próximos, em escolas básicas e em contextos de CATL. O critério base de inclusão dos participantes foi ser pai/mãe de uma criança com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos, sendo necessário obter previamente de todos os respondentes o respetivo consentimento informado. Todos os participantes que colaboraram no estudo pertencem ao território nacional, residindo nos Distritos de Castelo Branco, Guarda e Aveiro.

Na Tabela 2 apresenta-se a caracterização sociodemográfica dos pais e mães, tendo em conta a idade, estado civil, escolaridade, situação profissional e estatuto socioeconómico. De seguida, na Tabela 3, encontra-se a caracterização dos dados relativos às crianças, incluindo o sexo, a idade, ano de escolaridade, com quem reside e número de irmãos.

Tabela 2

Caraterização sociodemográfica dos pais (N = 173)

	Mãe		Pai	
	N	(%)	N	(%)
Respondente	154	89	19	11
Idade				
26-35	45	26	25	14.5
36-45	106	61.3	104	60.1
46-55	21	12.1	35	20.2
56-65	0	0	2	1.2
<i>Missings</i>	1	.6	7	4
Estado civil				
Solteiro(a)	10	5.8	9	5.2
Casado(a)/União de facto	144	83.2	141	81.5
Divorciado(a)/Separado(a)	14	8.1	14	8.1
Viúvo(a)	4	2.3	0	0
<i>Missings</i>	1	.6	9	5.2
Escolaridade				
Até ao 3ºCiclo	45	26	72	41.6
Ensino Secundário/Técnico	64	37	60	34.7
Ensino Superior	63	36.4	31	17.9

(Cont.)	N	(%)	N	(%)
<i>Missings</i>	1	.6	10	5.8
Situação profissional				
Profissionalmente ativo(a)	155	89.6	159	91.9
Dona de casa	9	5.2	0	0
Procura de trabalho	5	2.9	5	2.9
Outra situação	3	1.7	0	0
<i>Missings</i>	1	.6	9	5.2
Estatuto socioeconómico				
Baixo	15	8.7	15	8.7
Médio/baixo	54	31.2	54	31.2
Médio	95	54.9	95	54.9
Médio/alto	9	5.2	9	5.2

Responderam ao questionário 173 pessoas (154 mães e 19 pais). As mães apresentam idades entre os 26 e os 51 anos, com uma média de 38.9 anos ($DP=5.071$), e os pais apresentam idades entre os 27 e os 61 anos, com uma média de 41.1 anos ($DP=5.932$). No que diz respeito ao estado civil, a maioria dos inquiridos são casados ou vivem em união de facto. Relativamente à situação profissional, 155 das mães encontram-se profissionalmente ativas, assim como 159 dos pais. Para finalizar, a maioria dos inquiridos tem um estatuto socioeconómico médio (54.9%).

Tabela 3

Caraterização sociodemográfica das crianças (N = 173)

	N	(%)
Idade		
6	38	22
7	42	24.3
8	38	22
9	55	31.8
Sexo		
Masculino	88	50.9
Feminino	85	49.1
Ano de escolaridade		
1ºano	39	22.6
2ºano	43	24.9
3º ano	32	18.5
4º ano	56	32.4
Com quem reside		
Mãe + Pai	43	24.9
Mãe + Pai + Irmãos	101	58.4
Mãe + Irmãos	6	3.5
Mãe/Pai + Parceiro	3	1.7
Mãe/Pai + Parceiro + Irmãos	2	1.2

(Cont.)	N	(%)
Outro	14	8.1
<i>Missings</i>	4	2.3
Número de irmãos		
0	48	27.7
1	94	54.3
2	24	13.9
3	2	1.2
4	2	1.2
<i>Missings</i>	3	1.7

As crianças apresentam idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos, com uma média de idade de 7.64 anos ($DP=1.146$), sendo que 88 são do sexo masculino e 85 do sexo feminino. Tendo em conta o nível de escolaridade destas crianças, 39 frequentam o 1ºano (22.6%), 43 o 2ºano (24.9%), 32 o 3ºano (18.5%) e, por fim, 56 crianças frequentam o 4ºano (32.4%). A grande maioria das crianças tem irmãos (70.6%) sendo que, maioritariamente, têm apenas um irmão (54.3%). Uma grande percentagem de crianças (58.4%) reside com ambos os pais e com o(s) irmão(s).

2.1.4. Instrumentos

No presente estudo, utilizou-se os seguintes instrumentos, que serão descritos de seguida: Questionário Sociodemográfico, a escala PSOC (Seabra-Santos & Pimentel, 2007) e o SCORE-15 (Vilaça et al., 2015).

Questionário Sociodemográfico

O questionário utilizado para a recolha de dados foi elaborado para o projeto de investigação em questão, no ano letivo de 2021/2022. O objetivo da utilização deste questionário passou pela caracterização da amostra, para assim analisar de forma descritiva as variáveis sociodemográficas dos pais e das crianças. O questionário conta assim com questões acerca da criança, tais como o seu sexo, idade, ano de escolaridade e agregado familiar e sobre os pais, como a idade, local de residência, estado civil, nível de escolaridade e situação profissional.

Escala do Sentido de Competência Parental (PSOC)

A PSOC foi desenvolvida, inicialmente, por Gibaud-Wiallston e Wandersman (1978, cit. in Johnston & Mash, 1989), sendo esta uma escala de autorresposta que avalia o sentido de competência parental em pais de crianças com idades entre os 4 e os 9 anos de idade (Johnston & Mash, 1989). A versão original contém 17 itens que se dividem em duas dimensões: oito itens pertencem à subescala eficácia parental (tem em conta a familiarização com o papel de pai/mãe e a sua capacidade de resolução de problemas) e nove à subescala satisfação parental (considera o nível de frustração, ansiedade e motivação por parte dos pais/mãe) (Johnston & Mash, 1989). A resposta a cada item realiza-se através de uma escala tipo *likert* de cinco pontos que varia

entre 1 “Concordo Plenamente” e 5 “Discordo Plenamente” e o resultado tanto da escala como de cada um dos fatores obtém-se através da soma das pontuações de cada item, tendo em conta os oitos itens de cotação inversa existentes (2, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 14, e 16) (Johnston & Mash, 1989). Maiores pontuações indicam melhor sentido de competência parental (Preyde et al., 2015).

No presente estudo, utilizou-se a versão adaptada para a versão portuguesa por Seabra-Santos & Pimentel (2007), que conta, de igual forma, com uma escala do tipo *likert* de cinco pontos, com as duas subescalas (satisfação e eficácia) e onde pontuações mais altas indicam um maior sentido de competência parental. Nesta versão, o item 17 foi retirado por não se encaixar nas dimensões eficácia e satisfação parental, sendo que esta exclusão já tinha sido feita anteriormente em outras investigações (Ohan et al., 2000; Rogers & Matthews, 2004). Assim sendo, nesta versão a subescala Satisfação apresenta 9 itens e a subescala Eficácia conta com 7 itens. Na escala total e nas duas subescalas, PSOC demonstra bons índices de consistência interna e boas características psicométricas na população portuguesa, com um coeficiente de alfa de Cronbach de .76 para a escala total, .75 para o fator Satisfação e .72 para o fator Eficácia (Seabra-Santos et al., 2015). Neste estudo, foram encontrados os seguintes valores de consistência interna: .75 para a escala total, .72 na Satisfação Parental e .51 na Eficácia Parental.

Systemic Clinical Outcome Routine Evaluation (SCORE-15)

Para avaliar o funcionamento familiar, optou-se por aplicar o SCORE -15, que foi inicialmente desenvolvida por Stratton et al., (2010), tendo sido revista e adaptada para a versão portuguesa por Vilaça e colaboradores em 2015. As duas versões contam com uma escala *likert* de cinco pontos, que varia de 1 = “descreve-nos muito bem” a 5 = “não nos descreve nada”, em que pontuações mais baixas revelam melhor funcionamento familiar (Vilaça et al., 2015). Trata-se de um questionário de autorresposta, dirigido a membros de uma família que tenham uma idade igual ou superior a 12 anos e avalia as seguintes três dimensões: Recursos Familiares, Comunicação na Família e Dificuldades Familiares (Vilaça et al., 2015).

Cada uma destas três dimensões integra cinco itens, sendo os itens que avaliam os recursos familiares dizem respeito aos recursos que a família possui e à sua capacidade de adaptação. Já os itens referentes à comunicação na família avaliam o nível de comunicação existente no seio familiar e, por fim, os itens sobre as dificuldades familiares avaliam a dimensão da sobrecarga de dificuldades no sistema familiar (Vilaça et al., 2015).

A versão portuguesa do SCORE-15 apresenta boa consistência interna tanto na escala global como nas dimensões (recursos familiares, comunicação na família e dificuldades familiares) (Vilaça et al., 2015). Neste estudo, foram obtidos os seguintes valores de consistência interna: .81 para a Comunicação na Família, .75 para os Recursos Familiares, .82 para as Dificuldades Familiares e .88 para a totalidade do SCORE-15.

2.1.5. Análises estatísticas

Procedeu-se à análise estatística com a versão 28 do *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS *Statistics*). Primeiramente, na caracterização da amostra, calculou-se médias e desvios-padrão para variáveis contínuas (e.g., idade da mãe e idade do pai) e frequências simples para estas variáveis e algumas variáveis categoriais (e.g., estado civil e escolaridade). Nas análises descritivas dos itens do SCORE-15 e do PSOC, foram realizados cálculos de estatísticas descritivas (média, desvio-padrão, mínimos e máximos) e, para analisar a consistência interna das subescalas dos instrumentos, calculou-se os respectivos coeficientes alfa de Cronbach. De seguida, para perceber se a idade e o sexo da criança seriam tidos em conta enquanto covariáveis procedeu-se ao cálculo dos coeficientes de Correlação de Pearson entre as variáveis em estudo referentes ao funcionamento familiar e ao sentido de competência parental e a idade da criança e, depois, procedeu-se à realização de um teste *t-student* com o objetivo de entender a associação entre o sexo da criança e as variáveis em estudo. Neste seguimento, realizou-se o cálculo dos coeficientes de Correlação de Pearson entre as variáveis correspondentes ao funcionamento familiar e ao sentido de competência parental. Por fim, para compreender se as dimensões do funcionamento familiar (recursos, comunicação e dificuldades) prediziam a satisfação e a eficácia parental recorreu-se à regressão linear múltipla.

Capítulo III: Resultados

Neste capítulo, apresentam-se os resultados das estatísticas descritivas (média, desvio-padrão, valores mínimos, máximos, assimetria e curtose) dos itens do SCORE-15 e do PSOC, bem como a análise da correlação entre a idade, o sexo da criança e as variáveis em estudo, através da correlação de Pearson entre a idade e as variáveis em estudo e do teste *t-student* entre o sexo e as variáveis em questão. De seguida, são expostos os valores de correlação e os modelos de regressão linear múltipla que envolvem as subescalas do SCORE-15 e da escala PSOC.

3.1. Análises preliminares

3.1.1. Análise descritiva dos itens do SCORE-15

Na Tabela 4, podemos ver a análise descritiva dos 15 itens do SCORE-15, considerando a média, desvio padrão, valores mínimos e máximos, assimetria e curtose.

Tabela 4

Estatísticas descritivas dos itens das escalas do SCORE-15 (N = 173)

	Itens	M	DP	Mínimo	Máximo	Assimetria	Curtose
Comunicação na Família	2	1.69	1.07	1	5	1.80	2.62
	4	1.94	1.22	1	5	1.09	-.001
	8	1.88	1.08	1	5	1.06	.22
	12	1.47	.99	1	5	2.45	5.44
	13	2.02	1.14	1	5	1.03	.25
Total	9	4.18	5	25	1.60	2.70	
Recursos Familiares	1	1.57	.72	1	5	1.32	2.34
	3	1.58	.75	1	5	1.44	2.73
	6	1.40	.71	1	5	2.15	5.61
	10	1.69	.84	1	5	1.60	3.38
	15	1.79	.86	1	5	.98	.64
Total	8.03	2.75	5	15	.74	-.37	
Dificuldades Familiares	5	2.35	1.15	1	5	.49	-.69
	7	1.58	1.17	1	5	2.05	2.96
	9	1.92	1.05	1	5	.92	-.04
	11	1.82	1.04	1	5	1.23	.80
	14	1.68	.96	1	5	1.56	2.12
Total	9.35	4.11	5	25	1.25	1.66	

Na subescala Comunicação na Família, a média mais alta corresponde ao item 13 “Na minha família as pessoas interferem demasiado na vida umas das outras” ($M = 2.02$; $DP = 1.14$) e a média mais baixa ao item 12 “As pessoas da minha família são desagradáveis umas com as outras” ($M = 1.47$; $DP = .99$). Na subescala Recursos Familiares o item com a média mais elevada é o 15 “Somos bons a encontrar novas formas de lidar com as dificuldades” ($M = 1.79$; $DP = .86$) e o item com a média mais baixa é o 6 “Confiamos uns nos outros” ($M = 1.40$; $DP =$

.71). Por fim, na subescala Dificuldades Familiares o item que apresenta a maior média é o 5 “Sentimos que é difícil enfrentar os problemas do dia-a-dia” ($M = 2.35$; $DP = 1.15$) e o que apresenta a menor média é o 7 “Sentimo-nos muito infelizes na nossa família” ($M = 1.58$; $DP = 1.17$). De notar que, nesta escala, *scores* mais baixos indicam um melhor funcionamento familiar, explicando assim o alto número de itens que apresentam uma média baixa. No geral, as médias dos itens estão entre 1.40 (item 6) e 2.35 (item 5).

Todos os itens desta escala abrangem a totalidade de escala de cotação possível (ou seja, do 1 ao 5). Segundo Pallant (2010), se a distribuição das respostas for perfeitamente normal, o valor de assimetria e curtose seria zero. Assim, os itens cuja distribuição das respostas mais se distancia da distribuição normal são, da subescala Comunicação na Família, o item 12 “As pessoas da minha família são desagradáveis umas com as outras” (assimetria = 2.45 e curtose = 5.44) e, da subescala Recursos Familiares, o item 6 “Confiamos uns nos outros” (assimetria = 2.15 e curtose = 5.61).

3.1.2. Análise descritiva dos itens do PSOC

Como podemos ver na Tabela 5, realizou-se a análise descritiva dos itens do PSOC, tendo em conta a média, desvio padrão, valores mínimos e máximos, assimetria e curtose de cada um.

Tabela 5

Estatísticas descritivas dos itens das escalas do PSOC (N = 173)

	Itens	M	DP	Mínimo	Máximo	Assimetria	Curtose
Satisfação Parental	2	3.86	1.13	1	5	-.71	-.62
	3	3.58	1.18	1	5	-.52	-.86
	4	3.95	.77	1	5	-.78	1.18
	5	3.71	1.24	1	5	-.70	-.71
	8	3.80	1.06	1	5	-.93	.60
	9	2.14	1.01	1	5	.87	.11
	12	3.52	1.10	1	5	-.43	-.90
	14	4.55	.72	1	5	-2.12	6.31
	16	4.16	.84	1	5	-1.20	2.25
	Total	33.27	5.11	20	44	-.36	-.22
Eficácia Parental	1	4.08	.85	1	5	-1.24	1.99
	6	3.09	1.01	1	5	-.25	-.35
	7	4.19	1	1	5	-1.43	1.68
	10	3.39	.95	1	5	-.15	-.31
	11	3.98	.89	1	5	-.94	1.06
	13	3.83	.93	1	5	-.91	.81
	15	4.61	.65	2	5	-1.80	3.39
	Total	27.17	3.19	15	35	-.18	.74

Na subescala Satisfação Parental, a média mais alta corresponde ao item 14 “Os meus talentos e interesses estão noutras áreas – não em ser mãe/pai” ($M = 4.55$; $DP = .72$) e a média mais baixa ao item 9 “Um problema difícil quando se é mãe/pai, é não sabermos se estamos a fazer um bom ou um mau trabalho” ($M = 2.14$; $DP = 1.01$). Já na subescala Eficácia Parental, o item com a média mais elevada é o 15 “Se ao menos ser mãe/pai fosse mais interessante, eu estaria mais motivada/o para fazer um bom trabalho nessa função” ($M = 4.61$; $DP = .65$) e o item com a média mais baixa é o 6 “Eu daria um excelente modelo a seguir por uma nova mãe (um novo pai), para que pudesse aprender o que é necessário para ser uma boa mãe (um bom pai)” ($M = 3.09$; $DP = 1.01$). No geral, as médias dos itens estão entre 2.14 (item 9) e 4.61 (item 15).

Todos os itens desta escala abrangem a totalidade de escala de cotação possível (ou seja, do 1 ao 5), à exceção do item 15 - “Se ao menos ser mãe/pai fosse mais interessante, eu estaria mais motivada/o para fazer um bom trabalho nessa função” - que apresenta como resposta mais baixa o 2, não tendo nenhum participante respondido a este item com a cotação mais baixa possível. Os itens cuja distribuição das respostas mais se distancia da distribuição normal são, da subescala Satisfação Parental, o item 14 “Os meus talentos e interesses estão noutras áreas – não em ser mãe/pai” (assimetria = -1.99 e curtose = 5.23) e, da subescala Eficácia Parental, o item 15 “Se ao menos ser mãe/pai fosse mais interessante, eu estaria mais motivada/o para fazer um bom trabalho nessa função” (assimetria = -1.76 e curtose = 3.10).

3.1.3. Covariáveis

Procedeu-se à análise de uma possível correlação entre a idade, o sexo da criança e as dimensões das escalas em estudo (PSOC e SCORE-15) (cf. Tabelas 6 e 7).

Tabela 6

Matriz de correlações de Pearson entre os resultados do PSOC, do SCORE-15 e a idade da criança (N = 173)

Variáveis	Idade	p
Satisfação Parental	-.05	.48
Eficácia Parental	.01	.93
Comunicação na Família	-.01	.88
Recursos Familiares	-.07	.37
Dificuldades Familiares	-.02	.76

Desta forma, como podemos ver na Tabela 6, chegou-se à conclusão que a idade não se correlaciona de forma estatisticamente significativa com as variáveis em estudo. Assim, esta não foi tida em conta enquanto covariável, pois não interfere nos resultados.

Tabela 7

Teste t-student de comparação dos resultados no PSOC e SCORE-15 entre o sexo feminino e masculino (N = 173)

Resultados	Sexo Feminino		Sexo Masculino		t(171)	p
	M	DP	M	DP		
Satisfação Parental	3.74	.57	3.65	.57	-.978	.33
Eficácia Parental	3.88	.45	3.88	.46	-.012	.99
Comunicação na Família	1.78	.84	1.82	.84	.345	.73
Recursos Familiares	1.59	.51	1.62	.58	.439	.66
Dificuldades Familiares	1.88	.84	1.86	.80	-.112	.91

p < .05

Ao analisar a Tabela 7, podemos observar que nenhuma das variáveis alcança o limiar de significância estatística, pelo que podemos concluir que não existem diferenças entre as crianças do sexo feminino e masculino nas variáveis em estudo. Assim, tal como na idade, a variável sexo não foi considerado como covariável, por não influenciar os resultados.

3.2. Análises para o teste de hipóteses

3.2.1. Relação entre o funcionamento familiar e o sentido de competência parental

A relação entre o funcionamento familiar (medido através do SCORE-15) e o sentido de competência parental (medido através do PSOC) foi analisada, inicialmente, através do coeficiente de correlação de Pearson (cf. Tabela 8).

Tabela 8

Matriz de correlações de Pearson entre a PSOC e o SCORE-15 (N=173)

Variáveis	1.	2.	3.	4.
1. Satisfação Parental	-			
2. Eficácia Parental	.44**	-		
3. Recursos Familiares	-.43**	-.39**	-	
4. Comunicação na Família	-.36**	-.20**	.22**	-
5. Dificuldades Familiares	-.49**	-.33**	.36**	.78**

*p<.05. **p<.01

Como podemos ver na Tabela 8, todas as variáveis se correlacionam entre si de forma estatisticamente significativa. Sendo que resultados no SCORE-15 mais baixos indicam melhor funcionamento familiar, as variáveis desta escala correlacionam-se com as variáveis da PSOC

(satisfação e eficácia) de forma negativa e correlacionam-se entre elas de forma positiva. Assim, podemos concluir que, quanto melhor o funcionamento familiar em qualquer umas das três dimensões analisadas, melhor é o sentido de competência parental, tanto a nível da eficácia como da satisfação.

Para analisar a influência do funcionamento familiar no sentido de competência parental, procedeu-se ao cálculo de dois modelos de regressão linear múltipla (um para cada dimensão da PSOC) (cf. Tabelas 9 e 10).

Assim, realizou-se, num primeiro momento, o modelo de regressão linear múltipla com as dimensões do funcionamento familiar (Comunicação na Família, Recursos e Dificuldades Familiares) como preditores da satisfação familiar e, num segundo momento, o modelo de regressão com as dimensões do funcionamento familiar (Comunicação na Família, Recursos e Dificuldades Familiares) como preditores da eficácia parental.

i. Modelo de regressão múltipla com o funcionamento familiar como preditor da satisfação parental

De forma a entender como os recursos familiares, a comunicação na família e as dificuldades familiares podem prever a satisfação parental, apresentam-se, na Tabela 9, os resultados da regressão linear múltipla.

Tabela 9

Regressão Linear Múltipla: Funcionamento familiar como preditor da satisfação parental (N=173)

	B	EP B	β	t
Recursos familiares	-.30	.07	-.29	-4.21***
Comunicação na família	.01	.07	.02	.15
Dificuldades familiares	-.28	.07	-.40	-3.78***
R²	.318			
F	26.287***			

p < .05 ** p < .01 ***p < .001

a. Variável critério: Satisfação parental

Assim, podemos ver que os resultados indicam que o funcionamento familiar explica 31.8% da variância da satisfação parental, $F(3,169) = 26.287, p < .001$, ou seja, o funcionamento familiar prediz estatisticamente e significativamente a satisfação parental. Tendo em conta as variáveis que dizem respeito ao funcionamento familiar, os recursos familiares ($\beta = -.29, t = -4.21, p < .05$) e as dificuldades familiares ($\beta = -.28, t = -3.78, p < .05$) predizem estatística e significativamente a satisfação parental.

ii. Modelo de regressão múltipla com o funcionamento familiar como preditor da eficácia parental

Nesta segunda análise, recorrendo à regressão linear múltipla, tentou-se perceber se os recursos familiares, a comunicação na família e as dificuldades familiares predizem a eficácia parental. Na Tabela 10, apresentam-se os respetivos resultados.

Tabela 10

Regressão Linear Múltipla: Funcionamento familiar como preditor da eficácia parental (N=173)

	B	EP B	β	t
Recursos familiares	-.25	.06	-.30	-4.09***
Comunicação na família	.06	.06	.11	.97
Dificuldades familiares	-.17	.06	-.30	-2.62**
R²	.197			
F	13.852***			

p < .05 ** p < .01 ***p < .001

a. Variável critério: Eficácia parental

Podemos assim observar que o funcionamento familiar explica 19.7% da variância da eficácia parental, $F(3,169) = 13.852, p < .001$, ou seja, o funcionamento familiar prediz estatisticamente e significativamente a satisfação parental. Em relação às variáveis que dizem respeito ao funcionamento familiar, de igual forma, os recursos familiares ($\beta = -.25, t = -4.09, p < .05$) e as dificuldades familiares ($\beta = -.17, t = -2.62, p < .05$) predizem estatística e significativamente a eficácia parental.

Capítulo IV: Discussão dos Resultados

Diversos estudos têm confirmado que o funcionamento familiar e as suas várias dimensões predizem o sentido de competência parental, mais concretamente, a satisfação e a eficácia parental (e.g. Angley et al., 2015; Barber, 1992; Katsikitis et al., 2010; Trivette & Dunst, 2004;). Contudo, são escassas as investigações sobre este tópico quando a criança se encontra na idade escolar. Desta forma, o objetivo deste estudo incidiu na análise e relacionamento entre o funcionamento familiar e o sentido de competência parental em pais de crianças em idade escolar.

Da análise descritiva dos itens do SCORE-15, as médias mais altas foram as dos itens 5 (“Sentimos que é difícil enfrentar os problemas do dia-a-dia”), 13 (“Na minha família as pessoas interferem demasiado na vida umas das outras”), e 4 (“Sinto que é arriscado discordar na nossa família”). É importante salientar que se trata de uma escala com opções de resposta entre 1 a 5 e na qual menores pontuações sugerem melhor funcionamento familiar. Desta forma, estas médias mais altas correspondem a valores de 2.35, 2.02 e 1.94, respetivamente, o que sugerem que, na grande maioria dos itens as respostas foram de acordo a uma média mais baixa, ou seja, a um bom funcionamento familiar. Estes resultados mais altos nestes três itens, que denotam a existência de um pior funcionamento na família nessas situações específicas, pode ser explicado por estilos parentais mais rígidos, que, tal como Segrin e colaboradores (2012) concluíram nos seus estudos, um controlo parental excessivo está associado a uma menor qualidade na comunicação entre pais e filhos o que faz com que haja menor satisfação com a vida em família e um pior funcionamento familiar. Ainda na análise das respostas a este instrumento, os itens com médias mais baixas foram os itens 6 (“Confiamos uns nos outros”), 12 (“As pessoas da minha família são desagradáveis umas com as outras”) e 1 (“Na minha família, falamos uns com os outros sobre coisas que têm interesse para nós”). Assim, estes resultados, com médias de 1.40, 1.47 e 1.57, respetivamente, sugerem que os pais percecionam um bom funcionamento familiar principalmente ao nível da confiança, do respeito e do tempo em qualidade passado em família.

Passando para a análise descritiva dos itens de PSOC, os itens que demonstraram ter uma média mais elevada são os seguintes: 15 (“Se ao menos ser mãe/pai fosse mais interessante, eu estaria mais motivado/a para fazer um bom trabalho nessa função”) e 14 (“Os meus talentos e interesses estão noutras áreas – não em ser mãe/pai”). As respostas a esta escala variam entre 1 a 5 e, médias mais altas, correspondem a um melhor sentido de competência parental. Em relação a estes dois itens, com médias de 4.61 e 4.55 respetivamente, parece existir uma tendência para que, os pais que participaram neste estudo, percecionem a falta de eficácia e/ou satisfação como o seu principal problema na parentalidade e não a falta de interesse no seu papel enquanto pai/mãe. Por outro lado, as médias mais baixas foram encontradas nos itens 9 (“Um problema difícil quando se é mãe/pai, é não sabermos se estamos a fazer um bom ou um mau trabalho”), 6 (“Eu daria um excelente modelo a seguir por uma nova mãe (um novo pai), para que pudesse aprender o que é necessário para ser uma boa mãe (um bom pai)) e 10 (“A

cuidar do meu filho (da minha filha) sou tão boa (bom) como sempre quis ser”), com os valores 2.14, 3.09 e 3.39, respetivamente.

Dado o facto de que múltiplos autores referem uma associação entre o funcionamento familiar e a satisfação parental (Bandura et al., 2011; Paolucci et al., 1977; Salonen et al., 2010), traçou-se a **Hipótese 1**. Esta hipótese foi parcialmente confirmada, pois a dimensão comunicação na família não revelou ser um bom preditor da satisfação parental. Assim, neste estudo, o funcionamento familiar explicou 31.8% da variância da satisfação parental.

A **Hipótese 1a**, que afirma a existência de uma associação positiva entre a comunicação na família e a satisfação parental não foi confirmada pelos resultados obtidos. Através da análise da regressão linear múltipla, depreendemos que a comunicação na família não prediz a satisfação percebida pelos pais. Ao analisar as médias das respostas aos itens referentes à comunicação na família, estas são bastante baixas, o que revelam um bom funcionamento familiar. Assim, os pais podem não perceber a comunicação como algo que dificulte a sua satisfação com a parentalidade porque não é algo que seja visto como prejudicial para o funcionamento familiar. Por outro lado, as investigações encontradas acerca deste tópico, que nos dizem que a comunicação na família é um preditor da satisfação parental percebida, centram-se, tendo em conta a idade dos filhos, na adolescência e na idade adulta (Segrin et al., 2012; Zabriskie & McCormick, 2003). Estes valores, nestas idades, podem ser explicados pelas mudanças que ocorrem nesta fase de desenvolvimento, onde existe uma maior necessidade de independência e de ajustamento a todas as alterações que ocorrem. Laursen e Collins (2004) dizem-nos que, quando as famílias se encontram na fase de transição entre a infância e a idade adulta, a frequência e o teor das suas interações alteram-se. A autonomia sentida pelo adolescente, bem como a necessidade de uma maior liberdade, faz com que os padrões de comunicação e as experiências partilhadas pela família se modifiquem, tal como a perceção de privacidade e as responsabilidades assumidas pelo próprio adolescente. Steinberg e Silk (2002) referem que, na infância, as crianças dependem dos pais para fortalecerem as suas competências de comunicação (e.g., falar, que vocabulário utilizar, como comunicar verbal e não verbalmente de forma adequada). Quando a criança se encontra em idade escolar continua a desenvolver estas competências, sempre com o auxílio dos pais, para assim preservar rotinas regulares e fortalecer valores e regras familiares. Os mesmos autores mencionam ainda que, com a entrada na adolescência, os filhos sentem uma crescente autonomia que altera a forma como comunicam com a família, não partilhando da mesma forma as experiências familiares. Estas alterações na comunicação entre a família durante a infância, em conjunto com o desejo de autonomia que chega com a adolescência, faz com que a comunicação entre pais e adolescentes altere em termos de frequência, conteúdo e tom (Collins et al., 1997). Assim sendo, é possível que, na idade escolar, a comunicação não seja um preditor da satisfação parental porque os pais denotam um maior controlo na comunicação com os seus filhos, ao contrário do que se passa em crianças e jovens com idades mais avançadas.

A **Hipótese 1b**, que previu a existência de uma relação positiva entre os recursos familiares e a percepção de satisfação parental, foi confirmada pelos resultados obtidos através da análise para o teste de hipóteses. Recorrendo novamente à regressão linear múltipla, pode verificar-se que, neste estudo, os recursos existentes na família predizem de forma estatisticamente significativa a satisfação percebida pelos pais. Estes resultados vão ao encontro do que Paolucci e colaboradores (1977) referem quando dizem que, para existir um bom funcionamento familiar e os pais se sentirem satisfeitos com o seu papel dentro da família, tem que haver certos recursos associados, tais como o tempo de qualidade passado em família e o investimento de cada membro na construção de relações dentro da mesma. A família, ao dispor destes recursos, com laços mais fortes e com investimento no seu bem-estar, acaba por funcionar melhor e os pais, conseqüentemente, percebem maior satisfação na parentalidade. Estes resultados apoiam estudos anteriores, tais como os de Green e colaboradores (1991), que concluíram que a coesão familiar, ou seja, o grau de união e as relações partilhadas pelos membros da família, está correlacionado com o bem-estar e satisfação percebida pelos pais. Da mesma forma, Manzi e colaboradores (2006) chegaram à conclusão que o funcionamento familiar está associado a uma coesão familiar percebida mais elevada o que, por sua vez, levaria a uma maior satisfação com a parentalidade, com a vida em família e com a vida no geral. Zabriskie e McCormick (2003), ao analisarem a relação entre o envolvimento em atividades em família com o nível de satisfação familiar, concluíram que o envolvimento em atividades familiares e o aumento do tempo em qualidade passado em conjunto melhoram o funcionamento familiar e os pais sentem maior satisfação no seu papel.

Passando para a **Hipótese 1c**, que propõe a existência de uma correlação positiva entre as dificuldades familiares e a satisfação percebida pelos pais, esta foi igualmente confirmada pelos resultados obtidos no presente estudo. Em particular, as dificuldades na família e a forma com a família consegue lidar com elas predizem a satisfação com a parentalidade. Estes resultados sugerem assim que, quando a família consegue lidar com as adversidades de uma forma positiva, os pais acabam por se sentir mais satisfeitos com o seu papel. Estes resultados são apoiados pela literatura. Por exemplo, Scannell (2020) reforça a ideia de que as adversidades que advêm da parentalidade podem piorar as competências parentais por poderem aumentar o seu *stress* e diminuir a sua satisfação enquanto pai/mãe. O mesmo autor refere que famílias que conseguem combater os obstáculos e as adversidades juntas tendem a funcionar melhor e os pais acabam por se sentir melhor com o seu papel dentro do seio familiar. Estes resultados vão ainda ao encontro do que Trivette e Dunst (2004) reportaram nos seus estudos, pois estes autores concluíram que pais que conseguem lidar de forma positiva com as adversidades acabam por sentir mais controlo sobre o funcionamento da sua família e, desta forma, têm crenças de competência parental mais positivas.

Dada a existência de diversos estudos que apontam para a existência de uma relação entre o funcionamento familiar (comunicação na família, recursos e dificuldades familiares) e o sentido de eficácia parental (Anglely et al, 2015; Caprara et al., 2006) traçou-se a **Hipótese 2**. Esta

hipótese foi parcialmente confirmada, pois, tal como para a satisfação parental, apenas a dimensão comunicação na família não se revelou um preditor da eficácia parental. Neste estudo, o funcionamento familiar explicou 19.7% da variância da autoeficácia parental.

A **Hipótese 2a** foi rejeitada na análise do teste de hipóteses. Na análise desta hipótese, realizada através da regressão linear múltipla, podemos ver que a comunicação na família não prediz a autoeficácia percebida pelos pais. Ao analisar as médias das respostas aos itens referentes à comunicação na família, estas são bastante baixas, o que revelam um bom funcionamento familiar. Assim, tal como para a satisfação, os pais podem não perceber a comunicação como algo que dificulte a sua autoeficácia parental, por não ser visto como adverso para o funcionamento familiar. De forma similar à análise dos resultados para a Hipótese 1a, a comunicação em famílias com crianças em idade escolar parece ser algo que não é visto como uma ameaça para a eficácia parental, por ser algo sobre o qual os pais ainda detêm algum controlo. Os estudos que nos dizem que o padrão de comunicação entre pais e filhos pode representar uma ameaça para a autoeficácia sentida pelos pais foram realizados com pais de filhos na adolescência e em idade adulta (e.g., Glatz & Buchanan, 2010; Segrin et al., 2012), onde já existem alterações no desenvolvimento físico e pessoal que afetam os padrões comunicacionais e, assim, o nível com que os pais se sentem eficazes e bem-sucedidos no seu papel (Steinberg & Silk, 2002).

A **Hipótese 2b** afirma que os recursos familiares são um preditor do sentido de autoeficácia parental. Esta hipótese foi confirmada no presente estudo, que nos mostrou existir uma associação positiva entre estas duas variáveis. Este resultado vai ao encontro de estudos que relacionam o funcionamento familiar positivo e os seus respetivos mecanismos a uma maior autoeficácia percebida pelos pais. Por exemplo, Jones e Prinz (2005) dizem-nos que a forma como a criança age e como se relaciona com a família pode influenciar o sentido de autoeficácia parental, da mesma forma que este pode estar condicionado pelas interpretações dos pais acerca da parentalidade e como os filhos respondem a esta. Ou seja, se a família não tiver à sua disposição os mecanismos e recursos para um funcionamento coeso, (como, por exemplo, uma boa relação entre os membros e comportamentos e crenças positivas de parte a parte) a autoeficácia percebida pelos pais tende a diminuir. Outros estudos corroboraram a ideia de que os recursos que a família possui tendem a aumentar a autoeficácia sentida na parentalidade. É o caso dos estudos de Caprara e colaboradores (2006), que concluem que crenças positivas sobre a forma como a família funciona e acerca dos mecanismos que possui para este resultado aumentam e melhoram o sentido de autoeficácia a nível parental. Angley e colaboradores (2015) confirmam, de igual forma, uma associação entre o funcionamento familiar coeso, com boas relações e comportamentos entre os membros, e sentido de autoeficácia parental. Chegaram à conclusão que um bom funcionamento familiar é essencial para os pais se sentirem aptos e eficazes no seu papel.

Por fim, o teste da **Hipótese 2c** revelou uma associação positiva entre as dificuldades familiares e o sentido de autoeficácia parental. Esta hipótese foi confirmada, pelo que, neste estudo, podemos concluir que a forma positiva como os membros da família lidam com as dificuldades e adversidades em conjunto faz com que os pais se sintam mais eficazes na parentalidade. Estes resultados são corroborados por Bandura e colaboradores (2011), que referem que a percepção de eficácia familiar é definida como as crenças que os membros têm nas competências da família para promover o desenvolvimento mútuo, o bem-estar comum, a resiliência a adversidades e o desenvolvimento de relações saudáveis. Assim, para uma família se perceber como eficaz e para os pais, de igual forma, se perceberem como eficazes no seu papel, é necessário que exista um sistema familiar funcional e adaptativo, com boas relações e bons métodos e práticas de resistência à adversidade. Da mesma forma, Fleisher (2004), nos seus estudos acerca do *stress* familiar, concluiu que quando as famílias aprendem a lidar com o *stress* familiar e com as adversidades que enfrentam acabam por recorrer menos a ajudas externas para melhorar o funcionamento familiar e os pais, bem como a família no geral, sentem-se mais eficazes.

Capítulo V: Considerações Finais

Durante a realização do presente trabalho, foi notória a importância e relevância de um funcionamento familiar coeso para que os pais se sintam eficazes e satisfeitos na parentalidade, verificando-se o mesmo nos resultados obtidos, onde a maioria das hipóteses traçadas foram confirmadas. Não obstante, existem algumas limitações que carecem de especial atenção. Desta forma, serão referidas de seguida algumas das limitações encontradas no desenvolvimento deste estudo.

As primeiras limitações apontadas dizem respeito às características da amostra. A grande maioria das pessoas inquiridas são mulheres. Da amostra de 173 pessoas, 154 são mães e apenas 19 são pais. Seria importante ter uma amostra mais equilibrada para compreender de que forma o sentido de competência parental difere entre pais e mães. Assim sendo, em estudos futuros torna-se fundamental obter amostras mais equilibradas relativamente ao sexo do inquirido, para perceber as diferenças sentidas entre pais e mães e para ser possível alcançar uma perspectiva mais completa da perceção do pai relativamente ao funcionamento familiar e como este afeta o seu sentido de competência parental.

Outra limitação referente à amostra é a sua dimensão, devido ao intervalo de idades das crianças ser limitado (apenas dos 6 aos 9 anos). Ao utilizar-se o PSOC como instrumento de avaliação do sentido de competência parental, só poderíamos aceitar na amostra pais de crianças dos 4 aos 9 anos, pois este apenas está validado para esta faixa etária. Sendo que a amostra utilizada contava somente com crianças em idade escolar, foram contabilizados os questionários respondidos por pais de crianças dos 6 aos 9 anos. Desta forma, em estudos futuros deve-se tentar utilizar amostras com um maior número de participantes. Ainda relativamente aos dados amostrais, estes poderiam ser mais diversos em relação às características sociodemográficas e à estrutura familiar dos inquiridos. Ao tratar-se de uma amostra reduzida, para além de muitas crianças frequentarem a mesma escola ou o mesmo CATL, muitas partilhavam também o distrito de residência e a maioria pertence a famílias nucleares intactas.

Em suma, como sugestões para estudos futuros, pensamos ser importante trabalhar com amostras mais diversificadas, com mais inquiridos do sexo masculino e com maior variedade na amostra em termos de estatuto socioeconómico, de local de residência e de estrutura familiar. Seria ainda relevante a continuação do estudo acerca da comunicação entre pais e filhos e como esta pode afetar o sentido de competência parental, fazendo uma análise mais profunda do porquê de, na idade escolar, a comunicação não ser um fator preditor de satisfação e autoeficácia parental. Por último, uma outra sugestão seria, em estudos futuros, correlacionar o funcionamento familiar com o sentido de competência parental em pais de crianças com algum tipo de incapacidade, na população portuguesa. Esta correlação foi encontrada em diversos estudos internacionais os quais sugerem que, por norma, o funcionamento familiar, quando o

filho apresenta alguma incapacidade, demonstra ser mais desajustado e menos coeso e os pais sentem-se menos capazes e eficazes (Hassall et al., 2005; Katkić et al., 2017; Pisula & Porębowicz-Dorsmann, 2017; Sanders & Wolley, 2004).

Apesar das limitações apontadas, este estudo facultou informação muito relevante no que diz respeito à relação entre o funcionamento familiar e o sentido de competência parental percebido por pais de crianças em idade escolar, em Portugal. Assim, este estudo contribuiu para a investigação, demonstrando realmente o valor que um funcionamento familiar coeso e saudável tem para que os pais se sintam satisfeitos e eficazes no seu papel. O estudo contribuiu ainda para o reforço das qualidades psicométricas das medidas SCORE-15 e PSOC.

Vários estudos referidos apontaram para o benefício que programas que visam promover um funcionamento familiar estável e positivo trazem para o sentido de competência parental percebido pelos pais (Barber, 1992; Coutinho, 2003; Gelatt et al., 2010; Katsikits et al., 2013). Sendo assim, face aos resultados obtidos no presente estudo, enfatiza-se a relevância de implementação de programas de parentalidade positiva, que promovam e desenvolvam competências parentais e que dotem os pais de mecanismos para melhorar o funcionamento do seu seio familiar, principalmente antes da existência de conflitos e de situações que comprometam o funcionamento familiar.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios familiares* (3ª ed.). Quarteto.
- Angley, M., Divney, A., Magriples, & Kershaw, T. (2015). Social Support, Family Functioning and Parenting Competence in Adolescent Parents. *Matern Child Health J*, 19, 67–73. <https://doi.org/10.1007/s10995-014-1496-x>
- Amaro, F. (2006). *Introdução à Sociologia da Família*. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Ardelt, M., & Eccles, J. S. (2001). Effects of mothers' parental efficacy beliefs and promotive parenting strategies on inner-city youth. *Journal of Family Issues*, 22, 944–972. <https://doi.org/10.1177/019251301022008001>
- Bayle, F. (2006). *À volta do nascimento*. Climepsi.
- Bandura, A. (1982). Self-efficacy mechanism in human agency. *American Psychologist*, 37(2), 122–147. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.37.2.122>
- Bandura, A., Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Regalia, C., & Scabini, E. (2011). Impact of family efficacy beliefs on quality of family functioning and satisfaction with family life. *Applied Psychology*, 60(3), 421–448. <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2010.00442.x>
- Barber, J. G. (1992). Evaluating parent education groups: Effects on sense of competence and social isolation. *Research on Social Work Practice*, 2(1), 28–38. <https://doi.org/10.1177/104973159200200103>
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887–907. <https://doi.org/10.2307/1126611>
- Belsky J., Robins E., & Gamble, W. (1984) The determinants of parental competence. In M. Lewis (Ed.), *Beyond the dyad. Genesis of behavior* (4th ed.). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4757-9415-1_11
- Brites, R., Nunes, O., & Martins, M. H. (2011). Escala de autoeficácia parental: Validação e estudos metodológicos. In *Actas do VIII Congresso Iberoamericano de Avaliação/XV Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (pp. 743–759). Sociedade Portuguesa de Psicologia.

- Bronfenbrenner, U. (2002). *La ecología del desarrollo humano*. Paidós.
- Caprara, G. V., Pastorelli, C., Regalia, C., Scabini, E., & Bandura, A. (2005). Impact of Adolescents' Filial Self-Efficacy on Quality of Family Functioning and Satisfaction. *Journal of Research on Adolescence*, 15(1), 71–97. <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2005.00087.x>
- Caprara, G. V., Scabini, E., & Regalia, C. (2006). The impact of perceived family efficacy beliefs on adolescent development. In F. Pajares & T. Urdan (Eds.), *Self-efficacy beliefs of adolescents* (pp. 97-114). Information Age Publishing.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300007>
- Cervený, C. M. O. & Berthoud, C. M. E. (2002). *Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital*. Casa do Psicólogo.
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (1998). Self-efficacy and parenting quality: Findings and future applications. *Developmental Review*, 18, 47–85. <https://doi.org/10.1006/drev.1997.0448>
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (2000). Parenting self-efficacy among mothers of school-age children: Conceptualization, measurement, and correlates. *Family relations*, 49(1), 13-24. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2000.00013.x>
- Collins, W. A., Gleason, T., & Sesma, A. (1997). Internalization, autonomy, and relationships: Development during adolescence. In J. E. Grusec & L. Kuczynski (Eds.), *Parenting and children's internalization of values: A handbook of contemporary theory* (pp. 78–99). Wiley.
- Coutinho, M. T. B. (2003). Formação parental: avaliação do impacto na família. *Psicologia*, 17(1), 227-244. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v17i1.446>
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade* (1st ed.). Quarteto.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487–496. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>

- Dessen, M. A., & Costa, A. L. (2005). A ciência do desenvolvimento humano. *Tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed.
- Dias, M. O. (2015). A comunicação como processo de interação e de integração no sistema familiar – Os valores. *Gestão e Desenvolvimento*, 1(23), 85-105.
<https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2015.273>
- Fleisher, C. L. (2003). *Mothers' help-seeking regarding their child's behavior and emotions: The role of parenting self-efficacy* [Master's thesis, Kent State University].
- Gameiro, J. (1994). *Quem sai aos seus....* Edições Afrontamento.
- Gelatt, V. A., Adler-Baeder, F., & Seeley, J.R. (2010). An interactive web-based program for stepfamilies: Development and evaluation of efficacy. *Family Relations*, 59, 572–586.
<https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2010.00624.x>
- Gilmore, L., & Cuskelly, M. (2008). Factor structure of the parenting sense of competence scale using a normative sample. *Child: Care, Health and Development*, 35(1), 48-55.
<https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2008.00867.x>
- Glatz, T., & Buchanan, C. M. (2015). Change and predictors of change in parental self-efficacy from early to middle adolescence. *Developmental Psychology*, 51(10), 1367–1379.
<https://doi.org/10.1037/dev0000035>
- Goldner, V. (1985). Feminism and Family Therapy. *Family Process*, 24(1), 31–47. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1985.00031.x>
- Gomes, H., & Gouveia-Pereira, M. (2014). Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrole. *Análise Psicológica*, 32(4), 439-451.
<https://doi.org/10.14417/ap.958>
- Green, R. G., Harris, R. N., Forte, J., & Robinson, M. (1991). The wives data and FACES IV: Making things appear simple. *Family Process*, 30(1), 79 – 83.
- Hassall R., Rose J., & McDonald J. (2005). *Parenting stress in mothers of children with an intellectual disability: the effects of parental cognitions in relation to child characteristics and family support*. *Journal of Intellectual Disability Research*, 49(6), 405–418. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2788.2005.00673.x>

- Johnson, C., & Mash, E. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of Clinical Child Psychology*, 18(2), 167-175.
https://doi.org/10.1207/s15374424jccp1802_8
- Jones, T. L., & Prinz, R. J. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: A review. *Clinical psychology review*, 25(3), 341-363.
<https://doi.org/10.1016/j.cpr.2004.12.004>
- Katsikitis, M., Bignell, K., Rooskov, N., Elms, L., & Davidson, G. R. (2013). The family strengthening program: Influences on parental mood, parental sense of competence and family functioning. *Advances in Mental Health*, 11(2), 143–151. <https://doi.org/10.5172/jamh.2013.11.2.143>
- Katkić, L. O., Morović, M. M., & Kovačić, E. (2017). Parenting stress and a sense of competence in mothers of children with and without developmental disabilities. *Hrvatska revija za rehabilitacijska istraživanja*, 53, 63-76.
- Laursen, B., & Collins, W. A. (2004). Parent-child communication during adolescence. In A. L. Vangelisti (Ed.), *Handbook of family communication* (pp. 333–348). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Lewandowski, A. S., Palermo, T. M., Stinson, J., Handley, S., & Chambers, C. T. (2010). Systematic review of family functioning in families of children and adolescents with chronic pain. *Journal of Pain*, 11(11), 1027- 1038.
<https://doi.org/10.1016/j.jpain.2010.04.005>
- Livingstone, S., & Byrne, J. (2018). Parenting in the digital age. The challenges of parental responsibility in comparative perspective. In G. Mascheroni, C. Ponte & A. Jorge (Eds.) *Digital parenting. The challenges for families in the digital age* (pp. 19.30). Nordicom.
- Maccoby, E., & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parentchild interaction. In E. M. Hetherington (Ed.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality, and social development* (4th ed., pp. 1-101). Wiley.
- Maccoby, E. (2002). Parenting effects: issues and controversies. In J. Borkowski, S. Ramey & M. Bristol – Power (Eds.), *Parenting and the child's world influences on academic, intellectual and social – emotional development*. LEA.
- Manzi, C., Vignoles, V. L., Regalia, C., & Scabini, E. (2006). Cohesion and enmeshment revisited: Differentiation, identity, and well-being in two European cultures. *Journal*

- of Marriage and Family*, 68(3), 673 – 689. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2006.00282.x>
- McCubbin, H., & McCubbin, M. (1988). Typologies of resilient families: Emerging roles of social class and ethnicity. *Family Relations*, 37(3). <https://doi.org/10.2307/584557>
- Minuchin, S. (2004). *Familias y terapia familiar*. Gedisa.
- Minuchin, S. (1982). *Familias: Funcionamiento e tratamiento*. Artmed.
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (1981). *Family therapy techniques*. Harvard University Press.
- Mouton, P. Y., & Tuma, J. M. (1988). Stress, locus of control, and role satisfaction in clinic and control mothers. *Journal of Clinical Child Psychology*, 17(3), 217 – 224. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp1703_4
- Ohan, J. L. Leung, D. W., & Johnston, C. (2000). The parenting sense of competence scale: Evidence of a stable factor structure and validity. *Canadian Journal of Behavioral Science*, 32(4), 251-261. <https://doi.org/10.1037/h0087122>
- Olson, D., DeFrain, J., & Skogrand, L. (2014). *Marriages and families* (8th ed.). McGraw Hill Education.
- Olson, D., Waldvogel, L., & Schlieff, M. (2019). Circumplex model of marital and family systems: An update. *Journal Of Family Theory & Review*, 11(2), 199-211. <https://doi.org/10.1111/jftr.12331>
- Paolucci, B., Hall, O., & Axinn, N. (1977). *Family decision making: An ecosystem approach*. Wiley.
- Pallant, J. (2010). *A step by step guide to data analysis using the SPSS program: SPSS survival manual*. McGraw Hill Education and Open University Press.
- Pisula, E., & Porębowicz-Dörsmann, A. (2017). Family functioning, parenting stress and quality of life in mothers and fathers of polish children with high functioning autism or asperger syndrome. *Plos One*, 12(10). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0186536>
- Preyde, M., VanDonge, C., Carter, J., Lazure-Valconi, K., White, S., Ashbourne, G., Penney, R., Frensch, K. & Cameron, G. (2015). Parents of youth in intensive mental health treatment: associations between emotional and behavioral disorders and parental

- sense of competence. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 32(4), 317-327.
<https://doi.org/10.1007/s10560-014-0375-z>
- Priberam. (2021). *Dicionário Priberam da língua portuguesa*. <https://dicionario.priberam.org/>
- Relvas, A. P. (2003). *Por detrás do espelho. Da teoria à terapia com a família*. Quarteto Editora.
- Rogers, H., & Matthews, J. (2004). The parenting sense of competence scale: Investigation of the factor structure, reliability, and validity for an Australian sample. *Australian Psychologist*, 39(1), 88–96. <https://doi.org/10.1080/00050060410001660380>
- Salonen, A. H., Kaunonen, M., Åstedt-Kurki, P., Järvenpää, A. L., Isoaho, H., & Tarkka, M. T. (2010). Parenting satisfaction during the immediate postpartum period: Factors contributing to mothers' and fathers' perceptions. *Journal of clinical nursing*, 19(11-12), 1716-1728. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2702.2009.02971.x>.
- Sanders, M. R. (1999). Triple p-positive parenting program: Towards an empirically validated multilevel parenting and family support strategy for the prevention of behavior and emotional problems in children. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 2(2), 71–90. <https://doi.org/10.1023/A:1021843613840>
- Sanders, M. R., & Mazzucchelli, T. R. (2018). *The power of positive parenting: Transforming the lives of children, parents and communities*. Oxford University Press.
- Sanders, M.R., & Turner, K. M. T. (2018). The Importance of Parenting in influencing the lives of children. In M. Sanders & A. Morawska (Eds.), *Handbook of parenting and child development across the lifespan*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-94598-9_1
- Sanders, M. R., Woolley, M. L. (2004). The relationship between maternal self-efficacy and parenting practices: Implications for parent training. *Child Care Health Dev.*, 31(1), 65–73. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2005.00487.x>
- Scannell, C. (2020). Parental self-efficacy and parenting through adversity. In L. Benedetto & M. Ingrassia (Eds.), *Parenting - Studies by an ecocultural and transactional perspective*. IntechOpen. <https://doi.org/10.5772/intechopen.91735>
- Seabra, A. F., Mendonça, D. M., Thomis, M. A., Peters, T. J., & Maia, J. A. (2007). Associations between sport participation, demographic and socio-cultural factors in portuguese

- children and adolescents. *European journal of public health*, 18(1), 25-30.
<https://doi.org/10.1093/eurpub/ckm049>
- Seabra-Santos, M., Major, S., Pimentel, M., Gaspar, M. F., Antunes, N., & Roque, V. (2015). Escala de sentido de competência parental (PSOC): Estudos psicométricos. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 97-106.
- Segrin, C., Wozidlo A., Givertz, M., Bauer, A., & Murphy, M. T. (2012). The Association Between Overparenting, Parent-Child Communication, and Entitlement and Adaptive Traits in Adult Children. *Family Relations*, 61(2), 237–252. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2011.00689.x>
- Steinberg, L., & Silk, J. S. (2002). Parenting adolescents. In M. H. Borenstein (Ed.), *Handbook of parenting: Children and parenting* (2nd ed., pp. 103–133). Erlbaum.
- Tavares, S., Pacheco, S., Amen, J., Lopes, B., Sousa, M., Caldeira, S. N., & Carvalho, C. (2015). Bem te quero: da educação parental à promoção dos direitos da criança. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*.
<https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0.05.108>
- Trivette, C. M., & Dunst, C. J. (2004). Evaluating family-based practices: Parenting experiences scale. *Young Exceptional Children*, 7(3), 12–19.
- Yunes, M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia Em Estudo*, 8, 75-84. <https://doi.org/10.1590/s1413-7372200300030001>
- Vilaça, M., Silva, J., & Relvas, A. (2014). Systemic clinical outcome routine evaluation: SCORE-15. *Avaliação familiar: Funcionamento e intervenção*, 1, 23-41.
https://doi.org/10.14195/978-989-26-0839-6_1
- Vilaça, M., Sousa, B., Stratton, P., & Relvas, A. (2015). The 15-item systemic clinical outcome and routine evaluation (SCORE-15) scale: Portuguese validation studies. *The Spanish Journal of Psychology*, 18. <https://doi.org/10.1017/sjp.2015.95>
- Zabriskie, R. B., & McCormick, B. P. (2003). Parent and Child Perspectives of Family Leisure Involvement and Satisfaction with Family Life. *Journal of Leisure Research*, 35(2), 163–189. <https://doi.org/10.1080/00222216.2003.11949989>